



Segurança Privada conquista apoios importantes na luta pela aprovação do Estatuto do segmento

Página 23

Jeferson Nazário é reeleito presidente da Fenavist

Página 10

Confira!

Coluna Sindicatos | página 44

Agenda de Eventos | página 50

Fenavist participa do Encontro Nacional dos Chefes das Delesp's

Página 8

INASEP completa quatro anos em plena expansão no segmento

Página 20

Entrevista: Marco Antônio Lopes, presidente da ABSEG, e vice-presidente para Assuntos em Segurança de Eventos da Fenavist

Página 28

ISC BRASIL

21 - 23 | **20**
SETEMBRO | **22**

EXPO CENTER NORTE
SÃO PAULO - SP

ISC EAST
NOVA YORK - EUA

ISC WEST
LAS VEGAS - EUA

EXP
SEGURIDAD
CIDADE DO MÉXICO - MÉXICO

NOVA DATA



FEIRA INTERNACIONAL DE SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE SEGURANÇA

ELETRÔNICA • PRIVADA E PATRIMONIAL • PÚBLICA

SEGURANÇA INTEGRADA PARA UM MUNDO MAIS SEGURO E CONECTADO

SEJA UM EXPOSITOR NA ISC BRASIL

11 3060.4892 | comercial@iscbrasil.com.br

 /iscbrasil

 /isc-brasil

Confira nosso site e acompanhe todas as novidades:

iscbrasil.com.br

Apoio Oficial:

Organização e Promoção:



OBRIGADO PELA CONFIANÇA

Quando assumi a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em 2014, para o meu primeiro mandato, digo a todos, já tinha noção de que o desafio era enorme, mas ele se tornou ainda maior com a crise econômica iniciada em 2015 e acentuada nos anos subsequentes por questões políticas, pandemia e agora a invasão da Ucrânia.

Em 2018, fui reconduzido ao cargo pela primeira vez. Naquele momento, acreditava que seria meu último mandato à frente da Fenavist. Deixaria o cargo este ano para algum dos vários grandes empresários do segmento com o Estatuto da Segurança Privada aprovado, como forma de agradecimento a todo o apoio recebido. No entanto, a aprovação não foi possível. Nos últimos dois anos, o Congresso Nacional, praticamente, só aprovou matérias relacionadas com a pandemia, e os últimos meses de 2022 devem ser voltados para a disputa eleitoral.

Confesso que seria uma frustração deixar o cargo sem a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Mas esse segmento, que tanto me tem apoiado, resolveu me dar uma nova chance. A união que tem marcado a trajetória da segurança privada nos últimos tempos voltou a ficar evidente mais uma vez. Sem disputas desgastantes, sem brigas desnecessárias, a eleição para o comando da Fenavist nos próximos quatro anos ocorreu por chapa única. E, para minha felicidade e surpresa, recebi o chamado para presidir a entidade para mais um mandato.



Assim, agradeço e prometo fazer o impossível para retribuir a confiança neste momento em que recebemos apoio de duas partes muito importantes. Um, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que emitiu uma nota técnica cobrando a rapidez na aprovação do Estatuto da Segurança Privada (Substitutivo da Câmara nº 6/2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 135/2010). E o outro, do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, com quem, no dia 21 de março, me reuni e ele se prontificou a nos ajudar.

Um outro tema que o segmento tem acompanhado de perto é a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110. Do jeito que o texto se encontra, os prejuízos para todo o setor de serviços, incluindo o da segurança privada, são incontáveis. Sem as devidas alterações, a PEC, sequer, deveria ser analisada. A Fenavist tem negociado com os senadores para evitar que a atividade seja prejudicada.

Amigos, mais uma vez, muito obrigado!

Juntos, somos mais fortes!

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

José Jacobson Neto

Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Luga, Avelino Lombardi, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Flávio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luis Gustavo Silva Barra, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Percival Aracema, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Sílvia Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jefferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Lobato Frota, Flávio Sandrini Baptista, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.

ascom@fenavist.org.br

55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar

Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120

Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440

www.fenavist.org.br

fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

[7](#) Artigo: O ano de 2022 já vai alto

[8](#) Fenavist participa do Encontro Nacional dos Chefes das Delesep's

[9](#) Depois da pandemia, um novo tempo

[10](#) CAPA: Jeferson Nazário é reeleito presidente da Fenavist

[14](#) O impacto da reforma tributária no setor de serviços

[16](#) Segurança e inseguranças devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia

[20](#) INASEP completa quatro anos em plena expansão no segmento

[22](#) Fenavist apoia Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial

[23](#) CAPA: Segurança Privada conquista apoios importantes na luta pela aprovação do Estatuto do segmento

[28](#) Entrevista: Marco Antônio Lopes, presidente da ABSEG, e vice-presidente para Assuntos em Segurança de eventos da Fenavist

[31](#) Sindesp-AM comemora 31 anos de história

[32](#) Toma posse nova diretoria do SESVESP para o quadriênio 2022-26

[33](#) Halano Soares Cunha é o novo presidente do Sindesp-CE

[34](#) Trajetória Segura

[36](#) Artigo: Possíveis efeitos do processo eleitoral de 2022 no segmento da segurança privada

[38](#) É possível usar o prazo máximo de dez anos da nova lei de licitações para adesão a atas de registro de preços firmadas sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei nº 13.303/2016?

[40](#) Informação Segura

[42](#) Coluna Fenavist

[44](#) Coluna Sindicatos

[46](#) Segurança Inteligente

[48](#) Coluna Gente

[50](#) Agenda

CONFIRMADA!

ISC BRASIL

21-23 SETEMBRO
EXPO CENTER NORTE

Feira Internacional de soluções em Segurança Integrada



**ENGAJE SUA MARCA COM
A COMUNIDADE DE
GESTORES DE SEGURANÇA**

TRAGA SUA EMPRESA
PARA A ISC BRASIL

www.iscbrasil.com.br

Built by



In the business of
building businesses

APOIOS OFICIAIS





O ano de 2022 já vai alto

Hélio Gomes Coelho Júnior

Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e Consultor Jurídico da Fenavist

O ano de 2022 já vai alto. Fechamos o primeiro trimestre ou a quarta parte dele.

O tempo trimestral, no qual está encaixada a maioria das datas-base, revelou que a categoria econômica, representada pelo sistema composto dos SINDESPs estaduais e da Fenavist nacional, foi competente. As Convenções Coletivas de Trabalho, boa parte delas com vigência até 2024, trouxeram às empresas uma necessária previsibilidade e uma maior segurança à gestão de seus negócios por um biênio; e, igualmente, aos empregados uma estabilidade em relação às regras econômicas, sociais e de trabalho. Ganharam todos, ainda que saibamos que a quadra econômica, por fatores externos e internos, pede extremada atenção.

Os três primeiros meses também trouxeram uma persistente inflação de dois dígitos, o que certamente será confirmado em abril. O INPC pode romper os malcomportados 10,80% e nos levar para além dos 11,0%, patamar já ultrapassado pela taxa Selic que bateu os 11,75%.

No fim de março, o Executivo editou duas Medidas Provisórias. A de nº 1.108 e a de nº 1.109. Sabem todos que elas vigem com a publicação e que sobrevivem se Câmara e Senado as aprovarem. Os assuntos nucleares – auxílio-alimentação e teletrabalho – já tinham e têm regras legais bem delineadas. O Executivo hipertrofiado vem tomando espaço do Legislativo. Nunca é demais lembrar que a edição de MP, segundo a Constituição Federal, tem como requisito “relevância e urgência”...

Passadas as águas de março, chega abril, palavra de origem latina, que significa abrir, que nos remete à chamada “janela partidária”, que se abre a

cada ano eleitoral, por um prazo de 30 dias, para que parlamentares possam mudar de partido sem perder o mandato. A “janela” fechou em 1º de abril, dia da mentira, invenção europeia lá pelo século XVI.

Abril, enfim, traz a oportunidade do Supremo Tribunal Federal, depois de vários adiamentos, julgar e enfrentar o tema 1046, que tem represados milhares de processos que tratam da questão do negociado sobre o legislado, que aguardam a modulação suprema, que haverá de subordinar todos os Tribunais (Tribunal Superior do Trabalho e os 24 Tribunais Regionais do Trabalho) e as Varas do Trabalho, principais destinatários do que for por ele decidido.

Sobre o tema 1046 proposto, o ministro Gilmar Mendes relator, fixa: “Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente”.

O julgamento está pautado para o dia 20/4. Aguardemos a decisão dos onze ministros, acreditando que a maioria irá ratificar a validade das cláusulas concertadas entre os sindicatos, ressalvados os direitos que têm raiz na Constituição Federal.

Se assim ocorrer, o que se espera, o sindicalismo maduro, responsável e profissional só fará evoluir. Bom para o sistema Fenavist.

E em abril, ainda, teremos a Páscoa e o Carnaval... embora o o Brasil tenha parado, no fim de fevereiro e começo de março, por conta do Carnaval que não houve.

Vamos em frente, 2022 já vai alto e os próximos trimestres prometem...

Fenavist participa do Encontro Nacional dos Chefes das Delesp's

Evento realizado na Paraíba reuniu policiais de todas as unidades de federação

No último dia oito de abril, a vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho Adjunta e presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada da Paraíba (Sindesp-PB), Andréa Carla Gomes Ferreira, representou o presidente da Federação, Jeferson Nazário, no Encontro Nacional dos Chefes de Delesp's, que ocorreu em João Pessoa-PB.

Ao discursar para os participantes, Andréa agradeceu o trabalho desenvolvido pelos delegados. “Quero agradecer muito, mas muito mesmo todo o trabalho da Polícia Federal em prol do segmento de segurança privada. Para nós, é uma honra sermos um segmento regulado e fiscalizado pela PF, uma instituição que está entre as mais respeitadas do País, se não for a mais respeitada”, disse a diretora da Fenavist.

E completou: “Nós temos a visão clara de que estarmos sob o guarda-chuva da PF faz com que o nosso segmento seja muito mais respeitado, que tenha muito mais credibilidade. Também queria dizer que o segmento de segurança privada não enxerga a Polícia Federal como um obstáculo, mas, sim, como uma parceira, que possibilita nosso crescimento, nosso desenvolvimento. Uma vez que vocês estão lá na ponta combatendo a clandestinidade, a informalidade, os profissionais sem capacitação, estão ajudando a desenvolver essa atividade tão nobre que é a segurança privada”.

Andréa Carla Gomes ainda pediu o apoio dos chefes das Delegacias de Controle de Segurança Privada na pressão sobre o Congresso Nacional para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.



“A nova legislação, sem dúvida nenhuma, é fundamental para ampliar o poder de atuação da PF, das Delesp's. É muito importante que vocês ganhem mais liberdade, que tenham uma área de atuação mais ampla, porque sabemos da importância de disporem de mais ferramentas, instrumentos e recursos para combater a clandestinidade. Para isso, é imprescindível a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Além disso, o Estatuto dará segurança jurídica à PF, às empresas e aos trabalhadores. Reitero meu pedido de apoio de todos para pressionar o Congresso Nacional e ter essa matéria finalmente votada em definitivo no Senado. Afinal, já são 11 anos de tramitação”, afirmou.

A diretora da Fenavist também pediu apoio na divulgação da Cartilha “Segurança sem Preconceito”. Segundo ela, no mundo atual, é inadmissível que ainda se tenha discriminação por causa de cor, raça, gênero, opção sexual, entre tantas outras.

“Essa campanha é mais uma ação da Fenavist para tornar o segmento de segurança privada ainda mais humano e melhorar a qualidade dos serviços prestados”, concluiu.



Depois da pandemia, um novo tempo

Sindesp-PR trabalha na retomada do setor de segurança privada

O jantar de confraternização do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR), realizado no final do ano passado, pôs fim a muitos meses de isolamento e marcou um novo tempo que se anunciava.

Com as vacinas, a pandemia de COVID-19 foi controlada, tanto assim que estados e municípios começaram a flexibilizar as medidas sanitárias. Em Curitiba, o uso da máscara passou a ser facultativo a partir do dia 17 de março deste ano.

Mesmo com dias de variação de uma cidade para outra, a data é um marco para todos. Ainda, ninguém passou ileso pela pandemia. No setor de segurança Privada essa nova etapa significa, além de vitória da saúde e da ciência, também um momento de retomada e expansão. “A vida volta a ferver, as pessoas estão novamente se reunindo, promovendo eventos. Isso significa que mais empresas precisam dos nossos serviços de segurança privada. Estamos prontos para atender à demanda com o rigor que o selo Sem Preconceito oferece. Sabemos que o preparo profissional é fundamental e não nos afastaremos desse princípio tão importante neste momento promissor”, atesta Alfredo Ibiapina, presidente do Sindesp-PR.

Prevenção

A pandemia se vai, mas deixa aprendizados importantes. Os cuidados com a higiene e as medidas preventivas de saúde vieram para ficar. Nesse sentido, é importante ressaltar que cada empresa tem liberdade para adotar as regras de proteção que julgar mais adequadas.

“Como a empresa é um espaço privado, cabe a ela ampla autonomia para seguir exigindo no seu ambiente o uso da proteção. Vale ouvir o seu departamento médico. Município e estado não têm competência para interferir, à míngua de competência a tanto”, observa o advogado trabalhista Hélio Gomes Coelho, do escritório GC&B, consultor jurídico da Fenavist e do Sindesp-PR.

Na avaliação de cada empresa, é preciso levar em conta fatores como o tamanho dos espaços ocupados, o nível de ventilação e o fluxo de circulação de pessoas.

Obrigatoriedade

Em Curitiba, nos locais que oferecem serviços de saúde, como clínicas, consultórios, hospitais e laboratórios, o uso das máscaras segue obrigatório pelo Decreto 420, do dia 29 de março de 2022. Medidas semelhantes, baseadas no bom-senso, foram adotadas em outras cidades.

Convívio

O jantar de confraternização de fim de ano, em dezembro de 2021, marcou o reencontro das empresas filiadas ao Sindesp-PR. “Vamos continuar trabalhando juntos para que possamos todos seguir em firme atuação”, afirmou Alfredo Ibiapina na ocasião. Também estiveram presentes o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário; o então presidente do SEAC-PR, Adonai Arruda; e o presidente da Federação Mundial de Segurança, Jerfferson Simões.

Jeferson Nazário é reeleito presidente da Fenavist

Escolha por aclamação evidencia união da segurança privada

No dia 26 de abril, o empresário paranaense Jeferson Furlan Nazário foi reeleito presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). A escolha ocorreu por aclamação. Nazário encabeçava a chapa “Segurança em Ação”, única inscrita para o pleito. O vice-presidente nacional da Fenavist será o empresário paulista Flávio Sandrini. A votação evidenciou mais uma vez a trajetória de união da segurança privada, que tem sido marca registrada nos últimos anos. A nova diretoria toma posse em julho e fica à frente da Federação no quadriênio 2022-2026.

Um problema súbito de saúde impediu que Jeferson Nazário estivesse presente à assembleia que confirmou a sua reeleição. Isso, no entanto, não impediu que os participantes ressaltassem a importância da união e do trabalho desenvolvido pelo empresário paranaense.

“Em nome do presidente Jeferson Furlan Nazário só temos a agradecer a confiança depositada por todos vocês. Dois mil mil e vinte e dois a dois mil e vinte e seis, certamente, será um período muito difícil para todos nós, porque temos em aberto o Estatuto da Segurança Privada, a Reforma Tributária e a Reforma Administrativa. Enfim, são espadas sobre as nossas cabeças e temos que trabalhar muito. Jeferson Furlan Nazário e seus pares darão continuidade a esse processo com muito êxito, uma administração que, nesses dois mandatos, foi excepcional. Agora, será melhor ainda”, afirmou o presidente em exercício da Fenavist, José Jacobson Neto.

O ex-presidente da Federação, Lélvio Vieira Carneiro, foi outro a elogiar a escolha de Nazário. “Essa presença massiva aqui de tantos sindicatos significa que o presidente Jeferson Nazário, com sua excelente

gestão nesses últimos oito anos, com certeza fará outra igual ou muito melhor e tem toda condição de obter sucesso na aprovação do nosso Estatuto, que é algo que todos nós precisamos que aconteça. Convoco todos aqui para cerrar bandeira junto com o presidente Jeferson Nazário, para conversarmos com os nossos senadores, nos nossos estados, para ver se se desencrava esse engavetamento de nosso projeto que está lá no Senado.”

“O presidente realmente tem desempenhado um trabalho incansável nesse aspecto (aprovação do Estatuto da Segurança Privada) e oramos a Deus para que ele alcance sucesso. Esse trabalho foi iniciado há muitos anos com o Simões (ex-presidente Jerfferson Simões), com o Odair (ex-presidente Odair Conceição) e o presidente Lélvio”, lembrou o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Financeiros, Urubatan Romero.

Citada por todos que fizeram o uso da palavra, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada não é o único objetivo da nova diretoria. Uma reforma tributária justa, sem aumento de impostos para o setor de serviços e, conseqüentemente, a segurança privada, é outro tema prioritário para os representantes da Federação, assim como a inclusão do segmento na desoneração da folha de pagamento.

“Juntos nós somos imbatíveis, essa é a verdade. Nossa força é a união. É difícil? Se fosse fácil, não precisaríamos sair de nossos estados e vir para cá sentar em uma mesa para conversar. Cabe a nós sermos



protagonistas”, defendeu o vice-presidente para Assuntos perante o Poder Executivo, Avelino Lombardi.

A retomada dos postos de trabalho perdidos nos últimos anos, a campanha “Segurança sem Preconceito”, o fortalecimento das relações com os três poderes, a autossuficiência dos sindicatos são outras pautas que estarão em evidência no novo mandato de Jeferson Nazário.

Sobre Jeferson Furlan Nazário

Eleito agora para comandar a Fenavist pela terceira vez, formou-se, em 1995, em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do estado do Paraná. Em 2002, concluiu o curso de Direito pela

Universidade do Tuiuti, no Paraná. Possui mais de 30 anos de experiência em empresas prestadoras de Serviços de Vigilância e Limpeza, trabalhando sempre nas áreas administrativa, financeira e comercial. Exerceu, durante 10 anos, o cargo de diretor-executivo da empresa G5 – Grupo Cinco Sistemas Integrados de Segurança Soc. Ltda., que opera no ramo de segurança eletrônica. Desde 1998 atua como sócio-administrativo na Empresa Brasileira de Segurança Ltda. (EMBRASIL), do segmento de vigilância, na cidade de Curitiba-PR. Elaborou diversos trabalhos na área de custos e participou em diversas conferências, palestras e congressos nas áreas de vigilância física e monitorada, limpeza e conservação, e setor penitenciário.

DIRETORIA TITULAR DA FENAVIST – QUADRIÊNIO 22/7/2022 A 21/7/2026



- Presidente Nacional: Jeferson Furlan Nazário
- Vice-Presidente Nacional: Flávio Sandrini Baptista
- Vice-Presidente de Secretaria: Odair de Jesus Conceição
- Vice-Presidente de Secretaria Adjunto: Paulo Gonçalves da Silva
- Vice-Presidente Financeiro: Urubatan Estevam Romero
- Vice-Presidente Financeiro Adjunto: Fabiano Barreira da Ponte
- Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos: Jacymar Daffini Dalcamini
- Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos Adjunto: Aldair Neves Pinto Junior
- Vice-Presidente de Assuntos Intersindiciais: Marcelo Roberto Bianchin
- Vice-Presidente de Assuntos Intersindiciais Adjunto: Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz
- Vice-Presidente de Assuntos para Transporte de Valores: Alessandro Abrahão Netto de Jesus
- Vice-Presidente de Assuntos para Transporte de Valores Adjunto: Carlos Gualter Gonçalves de Lucena
- Vice-Presidente de Assuntos para Escolta Armada: Autair Iuga
- Vice-Presidente de Assuntos para Escolta Armada Adjunto: Maurice Braunstein
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Pessoal Privada: Amilto José do Pilar
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Pessoal Privada Adjunto: Waldemar Pellegrino Junior

DIRETORIA TITULAR DA FENAVIST – QUADRIÊNIO 22/7/2022 A 21/7/2026

- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Eletrônica: Dilmo Wanderley Berger
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Eletrônica Adjunto: Fernando Henrique Ribas
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Patrimonial: Edson Pinto Neto
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Patrimonial Adjunto: Amauri de Oliveira Soares
- Vice-Presidente de Assuntos para Cursos de Formação: Paulo Roberto da Cruz Azevedo
- Vice-Presidente de Assuntos para Cursos de Formação Adjunto: Marestela Loss
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Bancária: João Eliezer Palhuca
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Bancária Adjunto: Marcus Vinícius Castro do Nascimento
- Vice-Presidente de Assuntos perante o Poder Legislativo: Paulo César Braga Icó da Silva
- Vice-Presidente de Assuntos perante o Poder Legislativo Adjunto: Carlins Ferraz dos Santos
- Vice-Presidente de Assuntos perante o Poder Executivo: Avelino Lombardi
- Vice-Presidente de Assuntos perante o Poder Executivo Adjunto: João José Andrade de Almeida
- Vice-Presidente de Assuntos Sociais: Edimar Barbosa
- Vice-Presidente de Assuntos Sociais Adjunto: Orlando Braga de Almeida
- Vice-Presidente de Assuntos de Planejamento: Alex Bortoletti
- Vice-Presidente de Assuntos de Planejamento Adjunto: Alexandre Tavares de Melo
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Norte: José Pacheco Ferreira
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Nordeste: Agostinho Rocha Gomes
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste: Ivan Hermano Filho
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Sudeste: Frederico Crim Camara
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Sul: Alfredo Vieira Ibiapina
- Vice-Presidente de Assuntos de Ações Políticas: Marcelo Baptista de Oliveira
- Vice-Presidente de Assuntos de Governança Corporativa: Luis Fernando Azevedo da Silva
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualificação: Andrea Carla Gomes Ferreira
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualificação Adjunto: Eveline Gurgel Monteiro
- Vice-Presidente de Assuntos de Comunicação e Marketing: Silvio Renato Pires
- Vice-Presidente de Assuntos de Comunicação e Marketing Adjunto: Ari Favero Dal Bem
- Vice-Presidente de Assuntos de Relações com Instituições Policiais: Angelo Roberto Jacomini
- Vice-Presidente de Assuntos de Relações com Instituições Policiais Adjunto: José Evaldo Vieira
- Vice-Presidente de Assuntos de Gerenciamento de Risco: Jerfferson Simões
- Vice-Presidente de Assuntos de Gerenciamento de Risco Adjunto: Percival Aracema
- Vice-Presidente de Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho: Francisco de Assis Bezerra da Fonseca
- Vice-Presidente de Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho Adjunto: Mirian Salete Bazote
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Rural: Joseph Ribamar Madeira
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Rural: Teila Rocha da Silva Pelanda
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualidade Sindical: Marcelo Rucker
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualidade Sindical Adjunto: Alberto Mario Alves Fonseca
- Vice-Presidente de Assuntos de Modernização: Rafael Mendes Alcântara
- Vice-Presidente de Assuntos de Normas e Regulamentos: Carlos Anselmo de Sousa
- Vice-Presidente de Assuntos de Normas e Regulamentos Adjunto: Gilberto Perera
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança da Informação: Luis Gustavo Silva Barra
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança da Informação Adjunto: Sandro Maurício Smaniotto



Em cada lugar do **nosso país**,
o empresário nunca está sozinho.
Pode contar com a gente.
**Nosso orgulho de fazer parte da
sua história é gigante.**

DO TAMANHO DO BRASIL



Confira no depoimento de
empresários de todo o País
como a CNC, as Federações
e os Sindicatos podem fazer
a diferença para o seu negócio.





O impacto da reforma tributária no setor de serviços

Cléria Santos

Economista e consultora parlamentar da Fenavist

A PEC 110/19, que pretende uma reforma tributária ampla, com o objetivo de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, capitaneada pelo relator da proposta na CCJ do Senado, senador Roberto Rocha, até o momento não encontra respaldo na maioria dos setores produtivos nem nas esferas federal, estadual e municipal.

A insistência em votar uma matéria tão importante para a economia brasileira, em um ano em que o mundo discute a guerra na Ucrânia e suas graves consequências; o Brasil que ainda se ressentido de dois anos de pandemia que assolou a maioria dos setores produtivos; e a classe política que, neste momento, se empenha de corpo e alma na sucessão presidencial, tem que encontrar uma justificativa muito forte para seu recrudescimento em um momento tão inoportuno.

Essa reforma, discutida há quase três décadas no Congresso Nacional, sem que se tenha chegado a um consenso, volta à cena com a PEC 110/19, em uma última tentativa de ser votada ainda este ano no Senado Federal.

Apesar do esforço para obter um acordo, por parte de alguns senadores, a proposta vem sendo adiada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Às vésperas do start para as eleições, há pouco mais de três meses para o “recesso branco” em função das campanhas eleitorais, seria um contrassenso votar matéria tão importante e fundamental para o País, prejudicando setores produtivos da economia, como o de serviços, que será severamente majorado com o aumento de impostos.

Representando 70% do PIB brasileiro e 60% dos empregos formais no Brasil, o setor de serviços é o que mais emprega. Segundo dados do CAGED, apesar dos danos por conta da Covid-19, o segmento de serviços foi responsável pela criação de mais de um milhão e duzentas mil novas vagas de emprego formal em 2021.

O País precisa de uma Reforma Tributária mais justa, mais transparente, mais simples na sua forma de tributar, mas sem prejudicar setores que mais empregam no Brasil, como o de serviços.

O modelo proposto pela PEC 110 cria um IBS que unificaria os tributos federais (PIS/COFINS/IPI) e outro IBS que reuniria o ICMS, que é um imposto estadual e o ISS que é municipal.

Ao governo federal interessa aprovar a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), um imposto federal, proposição encaminhada à Câmara dos Deputados, por meio do PL 3887/20, com uma alíquota linear de 12% que incidirá sobre todas as operações com bens e de prestação de serviços, em substituição ao PIS e à COFINS, com exceção apenas para as instituições financeiras, que teriam uma alíquota diferenciada de 5,8%. Caso venha a ser aprovado em sua forma original, alguns setores de prestação de serviços de mão de obra contínua pagarão três vezes mais do que pagam hoje, sem contar a alta carga tributária já imposta sobre a folha de pagamento.

Outra proposta que também ao interessa ao governo é a reforma do Imposto de Renda, conforme o PL 2337/21, encaminhado em 2021, que previa, além da mudança das regras no imposto da pessoa física, a taxa de lucros e dividendos distribuídos aos acionistas de empresas em 15%. Aprovado pela Câmara de forma açodada, foi paralisado pelo Senado Federal.

Esses dois projetos de lei, que seriam parte de uma Reforma Tributária proposta pelo Poder Executivo, não encontraram respaldo dos parlamentares e estão parados no Congresso. O próprio governo reconhece a dificuldade de aprovar matérias tão polêmicas em ano eleitoral.

Os estados e municípios, que certamente perderiam arrecadação com a reforma, se manifestaram contra a PEC 110, porque, com a criação do IVA-Estadual

e Municipal (Imposto sobre Operações com Bens e Prestações de Serviços – IBS), que substituiria o ICMS e o ISS, perderiam o ISS, hoje administrado pelos municípios. No mínimo, haverá um desequilíbrio na arrecadação tributária de estados e municípios, já tão prejudicados com o fechamento de empresas durante a pandemia, o que resultou em queda de arrecadação.

Vários senadores têm se manifestado contra a Reforma Tributária, da forma como se encontra o texto, por considerarem que questões importantes deixaram de ser consideradas na PEC, como a questão de alíquotas diferenciadas para alguns setores que não geram créditos para compensar. Além disso, estão preocupados com a compensação para seus estados e com o Fundo de Desenvolvimento Regional.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defendeu a necessidade de tratamento distinto para o setor, por meio de alíquotas diferenciadas e isenção de insumos agropecuários.

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) manifestou o apoio à reforma ampla, mas defende um regime diferenciado e manutenção de créditos para o setor de transportes.

A Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se pronunciou fortemente contra a PEC 110 e defende, entre outros pontos, uma carga tributária com diferenciação de alíquotas para os diversos setores da economia (indústria, comércio e serviços) e ainda a garantia do direito ao creditamento amplo. A CNC entende que a proposta parte da premissa equivocada de que o setor de serviços paga menos imposto que os demais, esquecendo os altos encargos da folha de pagamento. Defende que não haja aumento de carga tributária para o setor de serviços, o que é contrário ao que está proposto no projeto de lei que cria a CBS.

Caso essa nova contribuição seja aprovada da forma como se encontra (alíquota única de 12%), haverá forte aumento da tributação para vários segmentos dentro do setor de serviços, como, por exemplo, a atividade de segurança privada, cujo principal produto é a mão de obra contínua, com mais de 600 mil empregados e que não gera crédito tributário. O argumento de que a alíquota não chegará a 12%, porque as empresas podem abater créditos que possuem junto à União, é totalmente falacioso porque a atividade de segurança privada não gera créditos para abater.

O texto do relator que se pretende aprovar remete à Lei Complementar, que trata da possibilidade de algumas exceções para determinados setores de serviços, mas, essa proposta seria apresentada, discutida e votada pelo Congresso Nacional no futuro, o que não encontra apoio em nenhum dos setores afetados.

Em contraponto, restou à Confederação Nacional da Indústria (CNI) defender que uma reforma ampla é essencial para acelerar o crescimento econômico do País e que beneficiará todos os setores da economia e, ainda, acabar com a “guerra fiscal”. O setor mais beneficiado ou menos impactado realmente será o da indústria, que, de acordo com o texto terá a garantia de recursos para compensar os atuais incentivos de ICMS até 2032. De acordo com o texto do Substitutivo do relator, em seu Art. 22, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, recebidos pelos estados e pelo Distrito Federal serão aplicados prioritariamente na manutenção da competitividade das empresas que receberam isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, nos termos da Lei de Complementar nº 160/17.

Todos os setores afetados pela reforma tributária, em qualquer esfera, federal, estadual, municipal, ou de setores produtivos da economia brasileira têm o direito e o dever de defender seus interesses, no entanto, o interesse de uns, por mais fortes que sejam, não pode se sobrepor ao dos outros.

Criado o impasse, a PEC 110 não deve prosperar ante as incertezas impostas em um ano de eleição presidencial. Para uma aprovação célere, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela grandeza e complexidade da matéria, além do prazo regimental exíguo, seria necessário um grande consenso, o que não se vislumbra em um curto prazo.

Neste momento de incertezas, o bom-senso deverá prevalecer e o tema ser retomado no início do próximo ano com o novo governo.



Segurança e inseguranças devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia



Manuel Sánchez Gómez-Merelo

Diretor do Continente Europeu da World Security Federation (WSF). Consultor Internacional de Segurança

Após semanas de tensão política e militar entre a Rússia e a Ucrânia, uma nova emergência finalmente estourou, uma invasão pelos russos que se soma ao conflito que está ativo desde 2014 na Ucrânia, este não tão esquecido por seus cidadãos.

Esse conflito armado terá consequências devastadoras para a situação dos direitos humanos na região, colocando em risco vidas, meios de subsistência e infraestrutura pública e privada, levando à grave escassez de alimentos e grande deslocamento de pessoas.

As vítimas e a defesa dos direitos humanos e dos refugiados já são as primeiras preocupações na situação atual. Quando uma guerra estoura, um conflito armado aparece ou se intensifica, é a sociedade civil que sofre os golpes mais sangrentos sob a forma de morte, destruição, violação dos direitos humanos e geração de movimentos forçados da população, e não basta estabelecer corredores humanitários para salvar a população.

Impacto e consequências

Independentemente das primeiras vítimas já causadas, as condições econômicas e sociais já foram afetadas negativamente. A escassez e o aumento do preço dos alimentos e produtos básicos, incluindo energia e suprimentos de saúde, apenas nos primeiros dias, estão afetando os direitos da população aos cuidados de saúde e a um padrão básico de vida na Ucrânia.

“A inflação e a escassez de produtos agroalimentares, gás e petróleo são as principais ameaças e a invasão russa já está tendo consequências importantes para a economia mundial. O preço do gás está subindo vertiginosamente na Europa, os mercados estão em uma situação muito volátil e muitas cadeias de suprimentos foram interrompidas.”

Durante vários meses, a inflação no Ocidente não parou de aumentar e em Espanha atingiu 6,5%, principalmente devido ao aumento dos preços do gás e à dependência energética.

No cenário em que o Ocidente já começou a reagir com a força de sanções e restrições econômicas à economia russa e às indústrias-chave, elas já estão tendo um impacto de longo alcance no complexo domínio das matérias-primas, afetando algo mais do que os fluxos daqueles que passam pela Ucrânia ou são produzidos nela.

O impacto imediato de um aperto significativo será grave, especialmente nos mercados de energia, metais e agricultura como consequência das sanções impostas à Rússia como medida inicial de pressão.

As consequências do uso da força militar russa começaram a ser devastadoras, além da história recente da Ucrânia, marcada por conflitos com tropas russas em Dombas e pela anexação ilegal da Crimeia.

A crise humanitária já é um fato em perdas humanas, movimentos populacionais e consequências econômicas, em um conflito que presumivelmente ninguém quer.

Fome, sede, frio e medo são hoje os estados mais frequentes em uma população que teve seu fornecimento de eletricidade e gás cortado por semanas.

Essa guerra na Ucrânia já levou a mais de dois milhões e meio de pessoas deslocadas e pelo menos 2.500 civis mortos, de acordo com o balanço ucraniano. À medida que a ofensiva russa no país continuar, milhões de cidadãos, que perderam tudo, continuarão tentando fugir da invasão e dos bombardeios, pois a economia da região foi devastada.

A inflação e a escassez de produtos agroalimentares, gás e petróleo são as principais ameaças e a invasão russa já está tendo consequências importantes para a economia mundial. O preço do gás está subindo vertiginosamente na Europa, os mercados estão em uma situação muito volátil e muitas cadeias de suprimentos foram interrompidas.

A Rússia é a líder mundial nas exportações de trigo e a Ucrânia é a quarta da lista, então o bloqueio dos principais portos da região já levou a um aumento de preços de até 40% em apenas duas semanas nos contratos. Juntos, eles produzem quase a mesma quantidade de trigo que toda a UE consome.

Além do trigo, os preços de commodities como alumínio e níquel dispararam desde que a Rússia invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro e as sanções ocidentais interromperam os embarques aéreos e marítimos de bens básicos produzidos e exportados por aquele país.

Por todas essas razões, e como consequência, já se estima que, em longo prazo, se notará a especial degradação da Ucrânia, que poderá tornar-se um estado falido após esse conflito, e terá importantes repercussões e movimentos sociais.

Globalização, estratégia e repercussões

Sem dúvida, esse conflito provocará a reestruturação de um novo sistema estratégico internacional em que o contrapeso político e democrático deve ser seu melhor defensor para evitar uma situação como a atual em que Macron, presidente francês e atual “responsável” pela UE neste semestre, pinta um quadro imediato muito sombrio. Na verdade, ele confessou estar “preocupado e pessimista” e pediu à Europa que se prepare para “todos os cenários”.

Nesse sentido, é assustador imaginar a magnitude que a crise dos refugiados pode atingir se a agressão russa na Ucrânia aumentar. Será um desastre humanitário em escala continental, com milhões de refugiados, inicialmente buscando proteção em países europeus vizinhos.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia também já é mais do que uma ameaça de crise de matérias-primas que impacta uma cadeia de valor muito longa e as relações comerciais afetadas por terra, mar e ar.

Outra consequência para a Europa da guerra na Ucrânia é que as empresas começaram a se retirar da Rússia ou cancelar suas atividades lá.

Segurança e inseguranças

Sem dúvida, em conflitos militares, a primeira coisa é proteger a população e todos aqueles que cometem abusos ou não fornecem a proteção necessária devem ser responsabilizados.

Assim, deve ser dada prioridade ao reforço da segurança cidadã e à proteção das infraestruturas críticas e estratégicas, bem como das embaixadas, dos consulados e de outros interesses locais em qualquer domínio social e econômico, bem como de outros países em função da evolução do conflito, e especialmente os relacionados com a cibersegurança e, em particular, com os pontos estratégicos ligados ao abastecimento de energia.

Nesse sentido, é muito importante convocar a cooperação da segurança pública e da segurança privada para colaborar na intensificação das medidas de proteção que devem ser adotadas nos portos, aeroportos e nas instalações aéreas ou marítimas nacionais e estrangeiras, bem como em seus meios de transporte, que podem ser afetados ou envolvidos. Da mesma forma, deve ser estabelecida a colaboração na vigilância de outros pontos estratégicos, como oleodutos, gasodutos ou centros de produção e distribuição de eletricidade, que são objeto de possíveis ameaças.

Com tudo isso, e como recomendação, devemos promover uma nova cultura de segurança com uma visão baseada em ameaças complexas e au-



mentar os recursos de análise desenvolvendo o esquema Comprehensive Risk and Security Management.

O tratamento especial exige a avaliação de ciberataques e cibersegurança na guerra na Ucrânia, pois tudo o que está acontecendo no campo da segurança física pode ter mais graves consequências no contexto de ameaças cibernéticas, pois os ciberataques podem atingir instalações institucionais, aeronaves, navios e infraestrutura crítica.

Exceto pela proteção das pessoas, a cibersegurança agora é mais importante que a segurança física e está há anos no mapa de ameaças elaborado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial em seu relatório de riscos globais.

Nas soluções de cibersegurança, os controles devem ser adaptados ao risco real e deve-se estabelecer novas abordagens e ferramentas de Gestão Integral de Riscos e Valores Mobiliários com o objetivo de garantir, tanto quanto possível, a capacidade de ultrapassar crises ou contingências com maior resiliência.

Em Espanha, o presidente do governo, Pedro Sánchez, anunciou a aprovação num futuro pró-



ximo de um “Plano Nacional de Cibersegurança” em plena escalada de tensão na Europa devido à invasão russa à Ucrânia. “A guerra desencadeada por Putin”, disse Sánchez, tornou a Espanha “plenamente consciente da necessidade de garantir a segurança cibernética, a operação dos serviços essenciais e a integridade das infraestruturas críticas.”

O presidente explicou que este novo plano implicará “a criação de um sistema integrado de indicadores de cibersegurança em nível estadual, a constituição do Centro de Operações de Cibersegurança da Administração Geral do Estado” e ainda “a implementação da Plataforma Nacional de Notificação e Monitorização de incidentes e ameaças cibernéticas”.

“O Comitê de Situação, ativado para monitorar a guerra na Ucrânia, lançou um grupo de trabalho liderado pelo Centro Nacional de Criptologia responsável por nossa segurança cibernética”, informou também Sánchez; ele afirmou ainda que o objetivo das medidas adotadas será “assegurar a utilização segura e fiável do ciberespaço, proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos e promover o progresso socioeconômico”.

Conforme alertado pelo Centro Nacional de Inteligência (CNI), as ameaças cibernéticas estão crescendo exponencialmente e seu impacto e grau de perigo continuam aumentando e afetando governos, instituições, empresas de todos os tipos e os próprios cidadãos.

Conforme alertado pelo Centro Nacional de Inteligência (CNI), as ameaças cibernéticas estão crescendo exponencialmente e seu impacto e grau de perigo continuam aumentando e afetando governos, instituições, empresas de todos os tipos e os próprios cidadãos.

O governo apela aos operadores críticos para que reforcem a cibersegurança em face da guerra, e o Centro Nacional de Proteção das Infraestruturas Críticas (CNPIC) comunicou aos operadores de setores estratégicos a necessidade de reforçar os protocolos de segurança, embora, para já, não foi detectada atividade incomum.

Nesse sentido e por sua parte, o vice-primeiro-ministro ucraniano, Mikhail Fedorov, anunciou recentemente o lançamento de um “exército de computadores”, instando especialistas de todo o mundo a iniciarem ataques cibernéticos contra Moscou e fortalecerem a defesa cibernética das infraestruturas críticas da Ucrânia. Em poucos dias, o movimento cresceu para mais de 400.000 membros, segundo autoridades ucranianas.

A verdade é que estamos num momento crítico de segurança e inseguranças, não só locais para o povo ucraniano, mas para todos os habitantes desta aldeia global mergulhados numa incompreensível situação de guerra.

INASEP completa quatro anos em plena expansão no segmento

Criado em 2018, o Instituto Nacional da Segurança Privada tem revolucionado a forma como as empresas do setor da segurança privada obtêm produtos, capacitam os seus profissionais e adquirem informações



Logo mais, em junho, o Instituto Nacional da Segurança Privada (INASEP) completará quatro anos de expansão no segmento. Engana-se quem pensa que, por ser jovem, a entidade ainda esteja dando os primeiros passos. O Instituto, que já começou com uma responsabilidade imensa de contribuir para o desenvolvimento da segurança privada, tornou-se imprescindível durante a crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19.

Nos últimos dois anos, o INASEP, que atua como um potencializador de novos negócios, em busca de parcerias em diversas áreas de interesse para a segurança privada, facilitou o acesso de todas as empresas do segmento, independentemente do porte, de produtos e serviços e melhor custo-benefício dentro do mercado, o que possibilitou economia, recuperação de valores pagos indevidamente, liquidez de caixa, capacitação e uma gestão ainda mais profissional das empresas do setor.

Um outro trabalho primordial desenvolvido pelo Instituto é o incentivo e apoio à capacitação profissional e educacional do setor da segurança privada. O INASEP oferece diversos cursos de interesse para as empresas e colaboradores. Entre eles, estão: Sistema GESP; Vigilante Líder; Supervisor de Segurança; Planejamento Estratégico Pessoal; Introdução à Gestão de Projetos; Gestão Ágil de Projetos; Indicadores Estratégicos; Futuro do Trabalho; Ambiente em que os Projetos Operam; e Conduta Empresarial Responsável.

E não é só isso. O Instituto busca inovação e informação para o setor da segurança privada. Um exemplo disso é o Podcast desenvolvido exclusivamente para todo o segmento de segurança privada. Confira no Spotify ou na sua plataforma de serviço de streaming de música de preferência por INASEP EM FOCO e tome conhecimento de boas informações onde, quando e como quiser.

Para obter mais informações sobre todas as ações do Instituto Nacional da Segurança Privada, entre em contato pelo e-mail inasep@inasep.org.br; pelo telefone 61 3327-5440 ou pelo WhatsApp 61 99683-8749.

Como esta a felicidade financeira do seu colaborador?

- Funcionário endividado produz **15% menos** no seu trabalho.

fonte: The Employer's Guide to Financial Wellbeing 2018-19

- **84%** dos trabalhadores brasileiros tem algum **problema financeiro**.

fonte: Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin)

- Problemas financeiros **diminuem** em **45%** a **produtividade** no trabalho.

fonte: Exame.com

Benefício para o colaborador, benefício para a empresa.



Fenavist apoia Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial

Projeto trabalha para atrair ainda mais pessoas e instituições interessadas no tema diversidade

Não é de hoje que a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) tem atuado para combater qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Além de ser fundadora do Comitê Segurança sem Preconceitos, criado em 2020, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, órgãos de segurança pública e outras entidades do segmento, a entidade também lançou, no final de 2021, o selo e a cartilha “Segurança sem Preconceito”. O material tem sido difundido e bem aceito no setor e também em órgãos do governo.

E a atuação da Fenavist não para por aí. A Federação também é apoiadora oficial da Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, que tem o objetivo de promover a sustentabilidade e a assertividade das ações desenvolvidas no âmbito do projeto, atrair ainda mais pessoas e instituições interessadas no tema diversidade, para, com isso, contribuir com a melhoria da qualidade e eficiência em sua gestão e obter maior impacto e transformação social.



Transparência

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de interesse, contemplando também os fatores (inclusive intangíveis) que norteiam as ações do projeto e que conduzem à sua preservação, à otimização e à sustentabilidade.

Equidade

Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os participantes e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Prestação de Contas (Accountability)

Consiste na prestação de contas de todas as partes interessadas de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, bem como a atuação diligente no âmbito dos seus papéis.

Responsabilidade Institucional

Trata do zelo pela viabilidade do projeto, para reduzir as externalidades negativas de suas operações e aumentar as positivas, considerando os capitais financeiro, intelectual, humano, social, ambiental e reputacional, em curto, médio e longo prazo.

Profissionalismo

Significa ter um desempenho profissional íntegro, apartidário, com responsabilidade e zelo, baseado em valores sociais, lealdade e respeito mútuo, comprometido com a busca pela excelência operacional e o desenvolvimento da Iniciativa Empresarial pela Igualdade.



SEGURANÇA PRIVADA CONQUISTA APOIOS IMPORTANTES NA LUTA PELA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO SEGMENTO

Ministério da Casa Civil e o Conselho Nacional de Justiça reforçam a necessidade de aprovar a nova legislação

No dia 21 de março, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, reuniu-se com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, para tratar do apoio do governo federal à aprovação do Estatuto da Segurança Privada no Senado Federal.

O ministro prontificou-se a conversar com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, no intuito de dar prioridade a tão importante matéria, que está pendente de última análise pelo Senado Federal antes de seguir para sanção presidencial.

Na oportunidade, o presidente da Fenavist destacou que a nova lei proporcionará a inserção no mercado de trabalho de aproximadamente 500 mil vigilantes que se encontram aptos ao exercício da função e aguardam uma oportunidade. Com a aprovação da nova lei, milhares de novos postos de trabalho devem ser criados.

Também participaram da audiência no Palácio do Planalto o vice-presidente para Assuntos Financeiros da Federação, Urubatan Romero; o presidente do Sindesp-PI, Alípio José Castelo Branco Júnior, e a consultora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos.



“O novo estatuto, porém, garantirá o combate mais efetivo e rigoroso às empresas clandestinas e irregulares, com a criminalização daquelas que funcionem sem a devida autorização e a imposição de penalidades”

CNJ cobra aprovação imediata do Estatuto

O ministro da Casa Civil não é o único a entender a importância da aprovação da matéria. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu uma nota técnica que defende a rapidez na aprovação do Estatuto da Segurança Privada (Substitutivo da Câmara nº 6/2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 135/2010). Segundo o texto, “celeridade na apreciação desse projeto de lei representa medida oportuna e de extrema relevância para o adequado controle e fiscalização do segmento da segurança privada, armada ou desarmada, regular ou irregular, e, por conseguinte, para a eliminação de todas as formas de discriminação, com a promoção do respeito aos direitos humanos no exercício da atividade”.

O documento é resultado do trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho, do qual a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) faz parte. O colegiado foi instituído pela Portaria da Presidência do CNJ 81/2021, com o objetivo de discutir as melhores práticas na prestação de serviços de segurança privada.

No voto, o então conselheiro Mário Guerreiro, que presidiu o Grupo de Trabalho e foi o relator do tema no Plenário do Conselho Nacional de

“A prática da atividade clandestina, sem a devida autorização de funcionamento pela Polícia Federal, passará a configurar crime e estará sujeita a penas rigorosas, como a de um a três anos de prisão e multa”

Justiça, disse que “o exercício ilegal da atividade é um dos grandes ensejadores dos problemas enfrentados no setor” e que “boa parte dessa ilegalidade decorre da obsolescência da legislação reguladora da atividade, que remonta a 1983 (Lei nº 7.102/1983) e que deixou, por essa razão, de atender às demandas necessárias à formação dos prestadores de serviços, com o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, e à melhor fiscalização pela Polícia Federal”.

O conselheiro observou ainda, pelo fato de o Estatuto da Segurança Privada estar em fase final de aprovação no Senado desde o final de 2016, “que o caminho para alteração da realidade hoje verificada no setor se mostra mais tangível e acessível (...), é certo que a existência de um projeto de lei que já se encontra em tramitação nas casas legislativas garante celeridade e materialidade à transformação pretendida, sobretudo porque se extraem da proposta significativos benefícios”.

Ao elencar as melhorias que o Estatuto trará à segurança privada e à sociedade, a nota técnica elenca a criação de empregos formais. “Estima-se que, para cada profissional regular na segurança privada, existem dois irregulares. Logo, a aprovação do estatuto permitirá a legalização da atividade desses profissionais.” A segurança

jurídica é outro benefício citado.

“De acordo com dados da Polícia Federal, existem no Brasil mais de 2,5 mil empresas de segurança privada legalizadas. No entanto, estima-se que o número de empresas irregulares que atuam no setor seja quase o dobro. Além disso, calcula-se que esses serviços ‘clandestinos’ movimentam cerca de R\$ 60 bilhões por ano, valor que escapa ao recolhimento de tributos, causando danos aos cofres públicos. Em quase todos os casos, há ainda violação flagrante dos direitos trabalhistas por meio de postos informais de trabalho”, afirma o documento.

O CNJ explica que a fiscalização por parte da Polícia Federal também é limitada, “em razão da fragilidade do regramento jurídico atual no que se refere à repreensão e à imposição de sanções adequadas às empresas que funcionam sem a devida autorização. O novo estatuto, porém, garantirá o combate mais efetivo e rigoroso às empresas clandestinas e irregulares, com a criminalização daquelas que funcionem sem a devida autorização e a imposição de penalidades”.

A nota técnica lembra ainda que o Estatuto da Segurança Privada estabelece novas funções, isso permitirá que atividade exerça um serviço ainda mais bem qualificado. Outro ponto elencado diz respeito à discriminação. “Preceitua, outrossim, que os profissionais de segurança privada têm, como dever o respeito à dignidade e à diversidade da pessoa humana; o exercício da atividade com probidade, desenvoltura e urbanidade; a comunicação obrigatória ao seu chefe imediato sobre quaisquer incidentes ocorridos durante o serviço, assim como quaisquer irregularidades ou deficiências do equipamento ou material que utiliza, além de outras obrigações que se destinam a garantir mais segurança a pessoas e clientes dos estabelecimentos salvaguardados pela segurança privada.”

“Além da sugestão de que o Estatuto seja votado com celeridade, o CNJ determinou o encaminhamento da nota técnica aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao ministro da Justiça e da Segurança Pública e à Procuradoria-Geral da República”



O documento também destaca que “está igualmente prevista a inserção do segmento da segurança eletrônica no setor de segurança privada, ainda hoje sem regulamentação e fiscalização”, e que institui novas penas para quem atua de forma ilegal.

“A prática da atividade clandestina, sem a devida autorização de funcionamento pela Polícia Federal, passará a configurar crime e estará sujeita a penas rigorosas, como a de um a três anos de prisão e multa. Também estão previstos o fechamento imediato da empresa; a apreensão de todo o material utilizado na prestação de serviços ilegais pela Polícia Federal; o aumento da pena para crimes de roubo, furto e dano a carros-fortes das empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores, assim como nos casos de crimes cometidos contra os vigilantes privados”, explica o texto.

Além da sugestão de que o Estatuto seja votado com celeridade, o CNJ determinou o encaminhamento da nota técnica aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados,

ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao ministro da Justiça e da Segurança Pública e à Procuradoria-Geral da República.

Sobre o Grupo de Trabalho

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria nº 81/2021 de 12 de março de 2021, criou um Grupo de Trabalho para discutir as melhores práticas de assegurar a eficiência e a boa qualidade na prestação de serviços de segurança privada. Em junho do mesmo ano, a Portaria nº 168 nomeou o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, para compor o colegiado, que foi coordenado pelo então conselheiro Mario Guerreiro.

A entrada da Fenavist na discussão desse grupo, juntamente com membros da Polícia Federal e outras entidades, foi fundamental para construção da nota técnica e sua aprovação, bem como para o auxílio nas melhorias legislativas e inovações para uma segurança privada mais eficiente e humanizada.



TUDO NA **VUIT.**



VUIT

VIDA@VUIT.COM.BR
VUIT.COM.BR

41 2101 1773
41 99956 0054

Marco Antônio Lopes, presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), e vice-presidente para Assuntos em Segurança de Eventos.

Nesta conversa exclusiva com a Revista Fenavist, Marco Antônio Lopes fala sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor de eventos durante a pandemia e, por consequência, como isso afetou as empresas de segurança que atuam nessa área. Comentou ainda sobre a retomada dos grandes eventos e a perspectiva para o setor.

Confira!



Qual o impacto da pandemia na prestação de serviços pelas empresas de segurança privada na área de eventos?

É um impacto de 100%. Tudo ficou completamente parado por praticamente dois anos. Shows foram adiados, casas de eventos ficaram fechadas. E o impacto não foi apenas financeiro. Perdemos muito da qualidade dos profissionais. Muitos trabalhadores da área tiveram que buscar novas opções nesse período para colocar comida em casa. Foram trabalhar de motorista de aplicativo, pedreiro, padeiro, vendedor de marmitta, qualquer coisa que possibilitasse o sustento deles e das famílias. Como na nossa área o profissional precisa se especializar e passar por reciclagem a cada dois anos, agora com a retomada, enfrentamos mais essa dificuldade. Mas já estamos trabalhando fortemente para capacitar e recapacitar nossos trabalhadores e mantermos a excelência dos serviços prestados.

Seria possível estimar a queda no faturamento?

Diria que foi algo em torno de 95% de perdas. O setor de eventos estima uma perda de R\$ 50 bilhões nos últimos dois anos, algo terrível. Houve milhares de trabalhadores diretos prejudicados, não só na segurança privada, mas em toda a cadeia de produção. É preciso ter em mente que,

além das empresas e profissionais contratados diretamente pelos organizadores dos eventos, existem muitos outros que dependem desses serviços. É o caso, por exemplo, dos restaurantes contratados para alimentar nossos profissionais, a fábrica que produz uniformes, a empresa de locação de rádios, entre muitos outros.

Com a grande adesão da população à campanha de vacinação, felizmente, 2022 se iniciou com um cenário favorável à retomada de muitas atividades que precisaram ser deixadas de lado nos últimos dois anos. Os grandes eventos parecem estar retornando com tudo. Jogos de futebol com 100% do público, festivais de música, shows internacionais e até o desfile das escolas de samba. Como o senhor enxerga essa retomada?

A retomada tem sido boa. Mas, apesar do grande número de eventos que voltaram a ser realizados, ainda não alcançamos o que era antes. Isso deve levar um tempo ainda. Muitos dos shows e festivais que estão acontecendo agora já haviam sido marcados ou agendados durante a pandemia. Diria que se encontravam represados. Isso é ótimo, mas, para sobreviver, os organizadores e casas de espetáculo acabaram adotando o “preço pandemia”, uma contratação com valores mais baixos dos praticados até 2019. E nós, que fazemos parte da cadeia de produção, fomos obrigados a nos adequar para atender ao cliente. Além disso, os

“À medida que a população vai sentindo mais segurança de retornar à normalidade com a vacinação, a chegada de novos remédios e a queda no número de casos e óbitos, haverá um aumento na demanda. Nas últimas semanas, tivemos o Lollapalooza, a Maratona de São Paulo e o Carnaval de São Paulo e do Rio de Janeiro”

custos subiram muito com o aumento do combustível, da conta de luz e água, itens que afetam diretamente nossos fornecedores e são repassados a nossas empresas. Então, neste primeiro momento, apesar do grande volume de trabalho, estamos apenas “empatando” no quesito faturamento. Mas acredito que a situação terá melhora nos próximos meses.

Ao longo dos dois anos de restrições, todo o segmento de segurança privada precisou se adaptar às novas exigências. Na segurança de eventos, quais foram as principais mudanças? O que veio para ficar e o que ainda pode ser melhorado?

Pode parecer que são coisas simples, mas têm feito grande diferença. A disponibilização do álcool em gel, o uso de luvas e máscaras pelos nossos profissionais, mesmo não sendo obrigatório na maior parte do País, o maior distanciamento nas filas e nos locais dos shows, todas essas atitudes passam segurança e tranquilidade para quem vai a um show ou a qualquer outro tipo de evento. Para se ter uma ideia, apesar da liberação, muitas pessoas ainda vão de máscaras. Os próprios participantes adotam uma atitude de distanciamento. Então, acredito que estejamos alinhados às necessidades de segurança da população.

Como o senhor enxerga o futuro da segurança em eventos?

Apesar do que relatei anteriormente, enxergo um futuro promissor. À medida que a população vai sentindo mais segurança de retornar à normalidade com a vacinação, a chegada de novos remédios e a queda no número de casos e óbitos, haverá um aumento na demanda. Nas últimas semanas, tivemos o Lollapalooza, a Maratona de São Paulo e o Carnaval de São Paulo e do Rio de Janeiro. A nossa empresa, por exemplo, já tem a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e a Fórmula 1 nos próximos meses. Casamentos, grandes festas, bailes de formatura estão voltando com tudo. Os eventos corporativos ainda têm sido realizados de maneira mais restrita, mas acredito que também retornarão ao período anterior à pandemia.

No ano passado, foi aprovada a Lei que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos. Com a derrubada dos vetos do presidente Jair Bolsonaro pelo Congresso Nacional há cerca de um mês, o Programa passou a vigorar na totalidade. Qual a avaliação do senhor sobre essa Lei? Quanto ela é importante para o setor de eventos, incluindo as empresas de segurança privada que atuam nessa área?

Essa questão é muito importante. Em um primeiro momento parece que o programa não nos beneficia, uma vez que o CNAE das empresas de segurança privada não é contemplado. Mas indiretamente nos ajudará muito. Nossos contratantes e fornecedores foram beneficiados por uma série de benefícios, como a isenção das contribuições sociais de imposto de renda por dois anos, além de linha de crédito. Algumas prefeituras também estão oferecendo isenção de impostos e benefícios aos organizadores. Tudo isso gera um fôlego financeiro e incentiva a realização dos eventos, por consequência aumenta a demanda para as empresas de segurança privada.

Para finalizar, qual mensagem o senhor deixaria para as empresas de segurança privada que atuam no setor de eventos?

Minha mensagem é sempre: vamos acreditar! O pior já passou. Nosso segmento é acostumado a superar obstáculos. Como diretor do SESVESP e da Fenavist, posso assegurar que estamos fazendo de tudo para que as empresas de segurança privada voltem a crescer, a se desenvolver. É preciso investir em inovação, em soluções. Inteligência e criatividade são marcas registradas da história da atividade no Brasil. Há alguns dias, a proprietária de uma empresa anunciou que pararia de atuar na área de eventos, que focaria nas outras áreas da segurança privada. Fiquei muito triste. E espero que seja uma exceção. Atuar em eventos é um privilégio. Poder contribuir para momentos de alegria da população que anda tão sofrida não tem preço. Por isso volto a dizer: Inovem e acreditem!



SINDESP-AM COMEMORA 31 ANOS DE HISTÓRIA

Durante evento de comemoração, o empresário Carlos Anselmo de Sousa assumiu a presidência da entidade

O Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Curso de Formação do Estado do Amazonas (Sindesp-AM) celebrou, no último dia 11 de fevereiro, o aniversário de 31 anos da entidade, que foram completados no dia 14 do mesmo mês. Além de comemorar todas as grandes conquistas alcançadas, muitos desafios, mobilização e trabalho em conjunto em prol do crescimento e reconhecimento da atividade, o Sindesp-AM empossou a diretoria que irá comandar o sindicato no quadriênio 2022 a 2026. A entidade, que tem muitos planos, passará a ser presidida pelo empresário Carlos Anselmo de Sousa, que substituiu José Pacheco.

“O entusiasmo pela vitória é muito grande e honroso, mas sabemos e reconhecemos o tamanho dos desafios que nos esperam e que só poderão ser enfrentados com a unidade do nosso segmento e conscientização dos nossos deveres, sobretudo atentos à defesa das suas prerrogativas e valores. Contamos com você, caro empresário da segurança privada, para que, juntos, possamos tornar o nosso segmento cada vez mais forte”, afirmou o novo presidente do Sindesp-AM em mensagem divulgada logo após a eleição da entidade.

Casado com Suzane Anselmo e pai de Kersky, Giovanna e Carlos, o empresário nascido em São Vicente, São Paulo, em 1970, há anos se tornou amazonense. Pós-graduado em Marketing pela FGV, atua no segmento da Segurança Privada, Transporte de Valores e Asseio e Conservação desde 1989. No mesmo ano, iniciou a participação na atividade sindical. Já exerceu funções como executivo e diretor financeiro, cargo que ocupou



nas últimas diretorias do sindicato. “Nós visamos a uma gestão participativa, com foco nas necessidades do associado, buscando a unicidade e o reconhecimento do Setor da Segurança Privada no Estado do Amazonas”, explicou Carlos Anselmo de Sousa à Revista Fenavist.

O novo presidente estreia na função com o apoio de peso do antecessor José Pacheco. “Vejo com muita clareza a possibilidade de nos tornarmos autossuficientes financeiramente por meio da parceria com o Inasep e de conquistarmos um ambiente melhor de atuação com o Estatuto da Segurança Privada aprovado. Por isso, não podemos parar de lutar. Ao meu grande amigo Carlos Anselmo de Sousa, que assume a Presidência da nossa entidade a partir de hoje, quero dizer que estou muito orgulhoso e feliz, já que há anos ele caminha ao lado do Sindesp como um dos pilares do sindicato. Prometo me esforçar ao máximo para contribuir com ele da mesma forma que ele contribuiu com as minhas gestões. Boa sorte, amigo!”, afirmou Pacheco em discurso.

Agora vice-presidente do Sindesp-AM, Pacheco fez questão de um agradecimento especial. “Agradeço imensamente o carinho e a paciência da minha família que, em muitos momentos, se viu preterida pelos enfrentamentos quase diários do nosso setor. Aqui, quero deixar um grande pedido de desculpas não só à minha família, mas às famílias de todos os empresários da nossa atividade, os quais vivem abdicando de momentos com os entes queridos para garantir a sobrevivência da segurança privada. Mais do que uma profissão, uma carreira, atuar na segurança privada é, verdadeiramente, um dom.”

TOMA POSSE NOVA DIRETORIA DO SESVESP PARA O QUADRIÊNIO 2022-26

Flávio Sandrini Baptista assume a presidência do Sindicato e busca ouvir a todos

Sob um clima de dever cumprido, o agora ex-presidente João Eliezer Palhuca transmitiu o cargo para o novo presidente do SESVESP, Flávio Sandrini Baptista. A cerimônia, que contou com mais de 100 pessoas e a participação de autoridades e entidades, foi carregada de emoção nas palavras de João Palhuca, que fez uma espécie de balanço dos últimos oito anos à frente do sindicato. Agradeceu cada membro de suas diretorias (dois mandatos consecutivos) e fez questão de ratificar que nesse período nunca teve uma assembleia contestada por quem quer que seja, “sempre houve harmonia”, destacou.

“Claro que nem sempre podemos obter unanimidade, mas o entendimento sempre existiu e o consenso funcionou, com moderação e acerto de rumos”, salientou. Enalteceu a figura de Flávio Sandrini, que agora assume a presidência e ponderou que o time da atual diretoria continuará a liderar a segurança privada paulista em benefício do desenvolvimento do setor no país.

Em sua fala, Palhuca ainda pode enumerar todas as bandeiras defendidas como o combate irrisolto à clandestinidade e a luta pelo Estatuto da Segurança Privada entre outros tantos projetos tocados em sua administração. O ex-presidente ainda se emocionou ao falar sobre Ronaldo Pena, ex-diretor administrativo do SESVESP, que infelizmente faleceu no último ano, e referiu-se a ele como um entusiasta da Segurança Privada e insubstituível, isso aos olhos atentos da viúva de Ronaldo Abigail Pena.



Flávio Sandrini foi de poucas palavras, no entanto com muito significado, disse que sempre atuou alinhado com a diretoria que saiu e que agora dará continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, sem abrir mão da defesa do setor. Para isso, contará com o mesmo espírito de combate e união destacado pelo ex-presidente João Palhuca e sabendo ouvir a todos.

Presenças marcantes

Estiveram presentes ao evento de posse o presidente da Fenavist, Jefferson Nazário e os presidentes dos SINDESPs estaduais Urubatan Romero (CE), Ruy Monteiro Marques (SEAC/SP), Sandro Maurício Smaniotto (PR), Mário Martins (RJ) e Alípio José Castelo Branco Jr. (PI). Além das presenças sindicais, compareceram o ex-delegado da Polícia Federal da Delesp/SP, Dr. Adriano Barbosa, que fez a apresentação do novo delegado da PF na Delesp, Dr. Marco Aurélio de Oliveira Costa, que percebeu a alta representatividade do setor da Segurança Privada, com a menção da empresa fundada em 1969 e ainda em atividade (Berardino Fanganiello – Grupo GP).

“Nota-se a importância do segmento por sua força, geração de empregos e pela representatividade das empresas que estão hoje aqui para esta cerimônia de posse e ainda por empresas fundadas em 1969, como fiquei sabendo agora, ano em que nem era nascido ainda”, afirmou parabenizando a posse de Sandrini e a todos os empresários do setor que, segundo ele, são parceiros da própria segurança pública paulista.

HALANO SOARES CUNHA É O NOVO PRESIDENTE DO SINDESP-CE

Empresário substitui Urubatan Romero, que deixa o cargo após uma gestão que reestruturou o sindicato e colocou a entidade em outro patamar

No dia sete de abril, em Fortaleza-CE, aconteceu a posse da nova diretoria do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE). O empresário Halano Soares Cunha foi oficializado como novo presidente do Sindesp-CE e ficará à frente da entidade no quadriênio 2022-2026. Halano substitui Urubatan Romero no cargo. O agora vice-presidente foi responsável pela reestruturação do sindicato, hoje elevado a outro patamar.

Formado em administração de empresas e pós-graduado em Gestão em Sistemas de Segurança, Halano Cunha iniciou na segurança privada há quase três décadas. Nos últimos 12 anos integrou a diretoria do sindicato, na qual ocupou diversos cargos, incluindo o de vice-presidente. À Revista Fenavist o empresário afirmou que vai apostar na qualificação das empresas e dos trabalhadores do segmento.

“Assumo com muita alegria e responsabilidade a Presidência do Sindesp-CE. Darei prioridade à promoção, neste novo momento, de cursos de aprimoramento em diversas áreas, tais como supervisor operacional, formação de custos e elaboração de planilhas, administrativos, entre outros. Acredito ser de fundamental importância o aprendizado, a reciclagem, como forma de elevarmos os níveis de conhecimento de nossos colaboradores”, explicou.



Halano também se empenhará para que o sindicato tenha uma atuação ainda maior nas questões sociais. “Implantarei o Sindesp-CE solidário, em que elegeremos uma entidade para ajudarmos durante o ano. No ano seguinte, ajudaremos outra, e, assim, sucessivamente. Essa atitude, além do benefício de ajudar os necessitados, trará união para nossos associados.

O jantar de posse contou com a presença de empresários e autoridades locais, presidentes de sindicatos e entidades de todo o País, incluindo os presidentes da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, e da Federação Mundial de Segurança Privada, Jerfferson Simões.

Aos 62 anos, o carioca Frederico Carlos Crim Câmara está sempre com aquele sorriso peculiar aos nascidos no Rio de Janeiro, uma alegria que sobressai mesmo diante das dificuldades. E se tem uma coisa da qual Frederico entende é superar obstáculos. Nascido no bairro de Botafogo e criado em Pilares, no subúrbio do Rio, o hoje empresário da segurança privada enxergou no esporte e na educação um caminho para transformar a sua vida.



Em uma família de cinco filhos, estudar em uma escola particular não era uma opção. No ensino público, veio o primeiro contato com o judô. Ao aprender a centenária arte marcial japonesa, Frederico sequer imaginava o quanto o esporte conhecido como “caminho suave” seria importante em sua trajetória.

“Entrei para o judô. Comecei a ganhar as lutas e recebi uma bolsa de estudo para colégios melhores. Quando fui campeão brasileiro de judô aos 17 anos, consegui uma bolsa de estudos na Gama Filho. Fui cursar o antigo segundo grau (atual ensino médio). Uma escola maravilhosa, a Gama Filho foi uma potência no Brasil. Eu tinha bolsa, eu não pagava estudo, mas também não tinha dinheiro.”

Para conseguir arcar com as despesas, o jovem partiu em busca de trabalho. Veio, então, o primeiro contato com a segurança privada. “Nesse momento, comecei a história de ser segurança. Conheci o meu sócio Amaury e, em 1981, fomos trabalhar como segurança do portão 16 do Maracanã, pelo qual entravam as delegações para o jogo”, conta.

O novo trabalho veio ainda com um “privilegio”. “Sou flamenguista e, àquela época, estava acontecendo um campeonato brasileiro daqueles enormes, com 70 times, 75 times. Então, a gente trabalhava de segunda a segunda, sem folga. Quando queria uma folga, a gente tinha que combinar com o outro de folgar um dia e ajudar em

todos os outros.”

Enquanto trabalhava e praticava judô, o estudo não era deixado de lado em nenhum momento. Frederico Câmara, além da faculdade, passou a se dedicar também aos concursos públicos. “Acabei passando para Polícia Federal, para a Polícia Civil do Rio e para a SUNAB, um órgão que não existe mais. Na hora de escolher, pensei: Polícia Federal, tinha que ir para Brasília, passar no mínimo seis meses na academia; SUNAB, já havia uma conversa de que o órgão seria extinto, e eu não queria sair do Rio de Janeiro. Então, entrei para a Polícia Civil do Rio de Janeiro.”

Mal sabia ele que a decisão era mais uma que o “empurrava” rumo ao segmento de segurança privada. Nos anos de atuação na Polícia Civil, fez amigos e conheceu muitas pessoas. Um desses contatos o convidou para atuar como supervisor da Empresa Fiel, que, segundo o empresário, na época, era a maior do Rio de Janeiro. É preciso destacar que, naquele momento, ainda não existia a regulamentação do setor pela Lei nº 7.102, de 1983. Ainda atuando na Fiel, veio a chance de se tornar sócio da empresa.

“Disseram-me: olha, nós temos um tenente da Polícia Militar que está saindo. Você quer comprar a parte dele e se tornar sócio? - Falei, claro, como é que eu pago? Então, em valores de hoje, eu ganhava R\$ 7 mil. Eu passei a ganhar R\$ 2 mil e R\$ 5 mil eram destinados a abater a dívida da entrada.

“Não se tem atividade empresarial sem um sindicato forte, uma Federação forte. Sem isso, acabou tudo, pode fechar a porta, jogar a chave fora e todo mundo procurar uma outra atividade. O sindicato estadual é que regula e segura todos os preceitos de qualidade, de lealdade”

“Eu tinha um fusquinha verde alface, eu dei esse fusquinha como entrada e comecei a trabalhar já como sócio pagando. Em 1987, eu casei, fomos morar num apartamento que era do tio da minha esposa, então ele não cobrou aluguel da gente. Ela já era professora do município, fez concurso, passou. Então, dava para comer. Nunca passei fome na minha vida. Dava para comer, morar direitinho, fui morar no Méier, que é outro subúrbio do Rio de Janeiro. Fomos tocando a vida e fomos crescendo.”

Então chegou o momento de se enquadrar às novas regras estabelecidas pela Lei nº 7.102. Em 1986, nascia a empresa Hércules, que se destaca no mercado até hoje. Mas não pense que foi fácil, Frederico conta que precisou de muita dedicação e suor dia após dia para se consolidar no mercado. Toda essa bagagem faz com que o empresário carioca considere difícil o momento vivido pela segurança privada.

“Eu vejo a segurança privada em um período muito ruim no Brasil, muito ruim mesmo. O governo toma tudo, a carga tributária é massacrante, os custos de uma empresa de vigilância privada, com uso de colete, armas, é altíssimo, tudo é dolarizado, tudo explodiu. A economia vem caindo ano após ano, e os preços estão defasados. Abriram-se muitas empresas. Na minha época, no Brasil, havia mil e poucas empresas, hoje em dia tem perto de três mil. Então, a disputa de preço está irreal, até porque muitos empresários que nunca ouviram falar de segurança privada, pegaram um dinheiro e abriram uma empresa, mas não sabem nem fazer planilha, não sabem o seu custo real. Pensam que podem ganhar dinheiro se pegarem um contrato de R\$ 1 milhão, mas não colocam os custos no papel e, de repente, gastam R\$ 1,1 milhão. Isso vai gerando preços cada vez mais depreciativos”, explica.

Atuante na atividade sindical há duas décadas e atual presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ), Frederico aponta que a melhoria desse cenário passa necessariamente pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. “São regras que irão equacionar todo esse abismo que a legislação atual impõe.”

E vai além. “Não se tem atividade empresarial sem um sindicato forte, uma Federação forte. Sem isso, acabou tudo, pode fechar a porta, jogar a chave fora e todo mundo procurar uma outra atividade. O sindicato estadual é que regula e segura todos os preceitos de qualidade, de lealdade”, conclui.



**Juliano Costa Couto**

Advogado, Mestre em Direito Constitucional,
Ex-Presidente da OAB/DF no triênio 2016/2016
e Consultor Jurídico da Fenavist

Possíveis efeitos do processo eleitoral de 2022 no segmento da segurança privada

Em outubro deste ano teremos eleições gerais no estados e na União. Serão escolhidos os representantes das câmaras estaduais, federal, governos e 1/3 do Senado. Nem preciso dizer que a “troca” da representação política nacional deve ser observada de perto pelo segmento da segurança privada e, mais ainda, pelos representantes do setor.

São muitos os processos legislativos em curso de interesse da categoria, destacando-se, dentre eles, o ‘novo estatuto da segurança privada’, cuja finalidade é substituir a antiquada Lei nº 7.102/83. Indene de dúvidas que nesses últimos quase 40 anos a atividade sofreu diversas mudanças e avanços, é clara a necessidade de atualizar a legislação. Nesse quadro, o setor deve estar atento aos candidatos que assumam clara e expressamente o compromisso de lutar pela aprovação do novo estatuto no Senado Federal. A atividade da segurança privada possui pujança e grande capacidade de colaboração nos processos eleitorais, seja pelo número de postos de trabalho, seja pela sua positiva presença na sociedade. Não é demais lembrar, ainda, que a aprovação do novo estatuto é também do interesse da categoria laboral, que também enxerga a necessidade de avanço.

Além do novo estatuto, temos ainda em curso no Congresso propostas legislativas que alteram o sistema tributário nacional com marcantes con-

sequências nas atividades empresariais do ramo de segurança, desde em sua estimativa de custos e precificação, até mesmo no resultado final das empresas, portanto o empresário deve estar atento aos candidatos ao Congresso que tenham sensibilidade às questões do setor produtivo e solidariedade com ele.

Quando passamos para a representação política estadual, é fato que a competência legislativa das câmaras estaduais é menor, nos exatos termos previstos na Constituição que, em seu art. 24, enumera quais seriam as competências concorrentes entre a União e os estados. Dentre essas destacam-se como temas passíveis de terem legislação federal e estadual o direito tributário, financeiro e penitenciário, proteção e integração social das pessoas com deficiência, entre outros. Os parágrafos do art. 24 ainda dispõem que “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”, que “A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados”, que “Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades” e, por fim, para ‘complicar’, registra ao final que “A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

“Os próximos governantes, federais e estaduais, serão integralmente submetidos aos comandos da nova lei de licitação, que entrará em vigor e alterará de forma contundente as relações, com mudanças positivas e negativas.”

Nem preciso dizer que esse artigo é uma porta aberta para os conflitos de competência entre União e estados federados, pois ambos são habilitados a editar normas sobre as matérias enumeradas, mais ainda quando a CF/88 garante à União a competência para legislar sobre as “normas gerais”, com inevitável subjetivismo cuja análise está sob a competência do Supremo Tribunal Federal para, como árbitro do federalismo, solucionar eventuais conflitos, inclusive os de competência legislativa¹. É importante registrar que, na prática, o STF tem precedentes que relutaram em ingressar nessa análise, por vezes alegando que o conflito se daria entre normas estaduais e federais, não ensejando violação à constituição e sim de norma federal, o que não atrairia sua competência², ainda que mais recentemente essa janela de debate venha sendo aberta³.

Diante disso, vemos a importância da representação legislativa estadual, no que é também acompanhada pela chefia do Executivo que passará, na composição de suas secretarias e também na representação máxima de suas estatais, a retratar seus anseios, inclusive na área de contratações públicas. Qual será a linha adotada? Haverá a preocupação em manter os postos de

trabalho? Como será a orientação passada aos gestores sobre fiscalização dos contratos? Teremos razoabilidade para que se evitem contratações a preços inexequíveis sob a falsa vestimenta de mais vantajosos para a Administração?

Nem preciso lembrar que os próximos governantes, federais e estaduais, serão integralmente submetidos aos comandos da nova lei de licitação, que entrará em vigor e alterará de forma contundente as relações, com mudanças positivas e negativas. Quais dessas serão mais valorizadas pela futura gestão?

Diante desse quadro, consideramos que os empresários e representantes do segmento devem, dentro do possível, exigir dos candidatos e futuros representantes que serão eleitos neste ano o compromisso de fomento à iniciativa privada e, em especial, à atividade de segurança privada, mais ainda depois da crise advinda da Pandemia, que já passa de dois anos, agora fortalecida pela guerra da Ucrânia e suas consequências econômicas, com a explicitação de um termo de compromisso a ser assinado pelos candidatos, para tornar possíveis e claras futuras cobranças aos eleitos.

¹ André Luiz Borges Netto, “Competências Legislativas dos Estados-Membros”, p. 53 e 54.

² ADI 1540

³ ADI 3098



É possível usar o prazo máximo de dez anos da nova lei de licitações para adesão a atas de registro de preços firmadas sob a égide da lei nº 8.666/93 ou da lei nº 13.303/2016?

Oscar Karnal

Advogado especializado em Direito Administrativo, escritório Costa Couto Advogados Associados

A nova lei de licitações e contratos administrativos trouxe diversas novidades. Uma das mais destacadas é a possibilidade de renovação dos contratos até o prazo de 10 (dez) anos, conforme arts. 106 e 107.

No presente artigo propõe-se o seguinte questionamento: pode uma ata de registro de preços firmada em 2021, ainda vigente, ensejar a assinatura de um contrato de duração mais alongada – ou seja, de 5 anos, eventualmente renovável até o prazo máximo decenal com base na nova Lei?

A assinatura da contratação derivada da ata dar-se-á já sob a vigência do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, de modo que o princípio *tempus regis actum* permita a observação do teor do dispositivo referenciado por ocasião da assinatura do contrato, já que a ata de registro de preços e o contrato derivado são instrumentos distintos e independentes, embora, é claro, vinculados.

Especificamente, é provável que conste do edital a previsão de duração máxima de 60 meses (5 anos) do contrato, conforme previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016. Não obstante isso, debruça-se sobre a possibilidade de assinatura de contrato com direito à renovação, uma vez atestada a manutenção das condições e dos preços mais vantajosos para a Administração, podendo-se defender um cenário de microsistema de normas em que caiba essa proposição.

Por exemplo, o Sistema de Registro de Preços é instituído pelo Decreto nº 7.892/2013 que, esquadrihando o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/1993, dispõe sobre a sua aplicabilidade a empresas públicas e sociedades de economia mista.

A Lei nº 13.303/2016 não revoga a legislação anterior nem é incompatível com muitas de suas disposições. Sobre isso, o celebrado doutrinador Marçal Justen Filho defende que, mesmo que não seja possível pressupor uma aplicação subsidiária direta da Lei nº 8.666/1993, tampouco se poderia "(...) negar a possibilidade de que,

como exceção e em situações específicas, a Lei nº 8.666 [de 1993] seja aplicada para suprir uma omissão, nos casos em que existir identidade de pressupostos, de finalidade e de conteúdo das situações disciplinadas" (JUSTEN FILHO, Marçal. A contratação sem licitação nas empresas privadas. Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei nº 13.303/2016. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 288).

De igual modo, o Tribunal de Contas da União já defendeu a possibilidade de transmigração da leitura jurisprudencial de um dispositivo de uma lei para outra:

"10.41. Nada mais razoável do que complementar as lacunas de um estatuto com as disposições de outro, mais geral, que trata do mesmo assunto, desde que compatíveis. À luz desse critério, é perfeitamente possível que se considere extensível ao regime da Lei nº 13.303 [de 2016] a restrição da Lei nº 8.666 [de 1993] à 'exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos' como requisito de qualificação técnica.

10.42. Além disso, tal restrição não passa de detalhamento da aplicação dos citados princípios da competitividade e da isonomia. É claro, pois, considerando-se a sujeição dos dois estatutos referidos a esses princípios, que esse comando da Lei nº 8.666 [de 1993], cuja pertinência é facilmente perceptível, complementa de forma compatível os requisitos de habilitação técnica da Lei nº 13.303 [de 2016]" (Acórdão nº 739/2020 – TCU – PLENÁRIO. Relator BENJAMIN ZYMLER. Processo 006.959/2019-9. Data da sessão: 01/04/2020).

Fato é que a Lei nº 14.133/2021 surge como substituta à Lei nº 8.666/1993. Assim, não é absolutamente desarrazoado que se transporte o entendimento da Lei nº 8.666/1993 para aquele da Lei nº 14.133/2021. É evidente que há uma bifurcação entre os modelos de licitação e contratação da administração direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais. Mas também é evidente que ambos os modelos integram um microsistema

tema que deve ser interpretado como coeso e coerente dentro de si mesmo.

Quanto à Lei nº 13.303/2016, registre-se que não há vedação expressa à prorrogação do contrato, apenas estipula, de antemão, a vigência inicial de cinco anos, conforme seu art. 71.

Traçadas essas considerações, veja-se que a Lei nº 14.133/2021 trouxe a possibilidade de contrato de 5 anos prorrogáveis até 10 no máximo, nova disciplina que foi, de maneira geral, celebrada pela doutrina, pois verificada a vantajosidade das condições contratadas, será evitado novo, custoso e arriscado processo licitatório.

A Lei nº 13.303/2016 teve como um de seus objetivos flexibilizar o regime de contratações para as empresas públicas e sociedades de economia mista (Acórdão nº 624/2003 – TCU – Plenário). Não se desconhece o brocardo latino a maiori, ad minus, ou “quem pode o mais, pode o menos”, reconhecido amplamente como um princípio geral do Direito.

A conclusão óbvia é de que em um ambiente de maior flexibilidade e simplificação na contratação, como o instituído pela Lei nº 13.303/2016, seja mais viável a possibilidade de renovação do contrato dentro de um prazo de duração decenal do que no ambiente mais rígido da Lei nº 14.133/2021, de sorte que instituir tal possibilidade nesta legislação externa um desejo do legislador de ampliá-la.

A LINDB estabelece ao gestor público a possibilidade de aferir, dentro da realidade, que a aplicação da lei se dê em caráter teleológico, finalístico, conforme seu art. 20. Deste modo, da análise geral do microsistema licitatório, à luz também dos princípios gerais do Direito e do próprio histórico referente à divisão dos modelos de licitação da administração direta, fundacional e autárquica e a das empresas públicas e sociedades de economia mista, entende-se não haver, a princípio, impeditivo legal que proíba, em absoluto, a utilização do disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que verificada a vantajosidade do procedimento, firmar contrato derivado da ata com previsão de que a possibilidade de renovação do contrato inicialmente firmado pelo período de cinco anos ocorra até o prazo máximo decenal.

Essa é uma análise traçada ao menos em tese, e uma visão mais direta e concreta ficará a cargo do gestor público e da jurisprudência quando da aplicação da(s) lei(s).

Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional a situação fica um pouco mais intrincada, já que a Lei nº 8.666/1993 não permitia sequer a assinatura de uma

ata de registro de preços que viabilizasse a assinatura de um contrato por cinco anos, apenas impunha o limite à vigência anual dos créditos orçamentários, prorrogáveis até o limite de 60 meses, a teor do art. 57, II.

Por sua vez, o art. 191 da Lei nº 14.133/2021 estipula a obrigatoriedade de opção entre o regime legal a ser adotado, sem a possibilidade de aplicação combinada das duas leis no momento da execução contratual. Neste sentido, pode-se adotar uma solução mais rígida de afastar completamente a possibilidade de renovação do contrato por um prazo total decenal, com o termo contratual derivado de edital formulado com base na Lei nº 8.666/1993. Será que dessa leitura fria extrai-se a melhor interpretação e aplicação da Lei?

Acreditamos que existe sim a possibilidade de ser o contrato renovável dentro do prazo da nova lei, conforme raciocínio anteriormente formulado – já que o novo contrato, ou mesmo seu aditivo, será firmado na vigência da nova lei; já que a lei externa a vontade do legislador e da sociedade; já que a lei traz benefícios para a execução contratual, entre diversos outros argumentos. É uma possibilidade que depende, acima de tudo, da análise do gestor público diretamente investido, sempre na linha da oportunidade e conveniência e da teoria dos motivos determinantes, próprias do ato administrativo.

Deste modo, segue-se uma tendência cada vez mais acentuada na Administração Pública de foco em resultados em vez de foco em processos; de eficiência em detrimento do mero formalismo; de análise de juridicidade e não apenas de estrita legalidade, mesmo porque, conforme já colocado, por exemplo, pelo TCU, “o apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita” e ainda emendando que “as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais” (TCU, 004809/1999-8, DOU 8/11/99, p. 50, e BLC nº 4, 2000, p. 203).

De todo o exposto, não se enxerga, a princípio, impeditivo legal que determine a absoluta impossibilidade de utilização do disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 para, verificada a vantajosidade do procedimento, firmar contrato derivado da ata com previsão de possibilidade de renovação do contrato inicialmente firmado pelo período de 5 anos até o prazo máximo decenal, tanto em empresas públicas e sociedades de economia mista, quanto na administração direta, autárquica e fundacional, restando verificar como essa situação se desdobrará no âmbito da gestão dos contratos e da jurisprudência.



Informação Segura



Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência alcança positivas conclusões sobre cotas de aprendizagem para o segmento da Segurança Privada

Em dezembro de 2021 foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de “apresentar estudos sobre a aprendizagem e empregabilidade de jovens no mercado brasileiro”. Registre-se que esse grupo tinha representantes do governo, empregadores e laborais.

Foram muitos debates, reuniões e contribuições sobre o tema, com diversas análises, inclusive sobre a eficiência das políticas de empregabilidade. Em sua fundamentação, o grupo registrou que, “nessa linha, o GTT propõe incluir na base de cálculo da cota de aprendizagem as ocupações que exigem formação de nível técnico e tecnólogo e, em contrapartida, excluir as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação para o exercício de atividades de segurança privada ou condução de veículos e máquinas”.

Dentre as propostas que serão encaminhadas ao Conselho Nacional do Trabalho destacou-se o item “2” do relatório, que prevê “Excluir da base de cálculo da cota de aprendizagem as ocupações que, para o seu desempenho, necessitem de habilitação para o exercício de atividades de segurança privada ou condução de veículos e máquinas”.

Diante da importantíssima conclusão alcançada, na linha do que há anos defende o segmento, a Fenavist acompanhará e fará o monitoramento dos próximos trâmites do Relatório no Conselho Nacional do Trabalho e demais órgãos e perante as autoridades, dando a devida divulgação das conclusões alcançadas.

Conjugação de interesses leva TST ao reconhecimento de grupo econômico

Diante da conjugação de interesses e atuação em ramos conexos, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a existência de grupo econômico entre quatro empresas e as condenou solidariamente ao pagamento de parcelas devidas a um analista jurídico contratado por uma delas.

O reclamante ajuizou a ação contra as quatro empresas e um sócio em comum. Alegou que foi contratado por uma delas, mas prestou serviços para as demais empresas.

O relator do recurso no TST, ministro Cláudio Brandão, entendeu que a configuração do grupo econômico pode ocorrer “por coordenação”, mesmo na ausência de hierarquia, desde que as empresas integrantes do grupo tenham os mesmos interesses e atuem de forma ‘entrelaçada’.

TST mantém multa para empresa por não provar empenho para contratar pessoas com deficiência

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da empresa Agroservice Empreiteira Agrícola, sediada em Brasília (DF), para anular o auto de infração que havia gerado a multa por concluir que não há provas, no processo, de que ela teria se empenhado para contratar profissionais com esse perfil.

A empresa alegou que o não preenchimento ocorrera em razão da ausência de pessoas, reabilitadas ou com deficiência, com interesse nas vagas abertas. Disse, ainda, que vem se empenhando para preencher essas vagas, por meio de anúncios em jornais e comunicação com empresas de formação de vigilantes. No entanto, as provas nos autos, da forma como apresentadas, não foram aceitas.

O TRT levou ainda em conta o fato de que a empresa atua em variados ramos como o de operação fotocopiadora e na locação e no fornecimento de mão de obra de bilheteria, portaria, zeladoria e recepção, limpeza e conservação, prestando serviços a diversas entidades públicas e privadas, pelo que deveria cumprir a cota.

TRT da 9ª Região entendeu que sócio só responde por parcelas devidas pela empresa até saída da sociedade

A data da saída da sociedade, devidamente registrada no órgão oficial, é o marco temporal que limita a responsabilidade do sócio responder por parcelas trabalhistas devidas pela empresa. A Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região limitou a responsabilidade de duas ex-sócias de uma empresa sobre verbas em execução.

Entendendo configurar dispensa discriminatória, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho mandou reintegrar funcionária demitida durante tratamento de câncer de mama

A dispensa de funcionária do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no estado de São Paulo (Sescoop/SP) foi revertida pela justiça do trabalho em primeira e segunda instância e mantida pelo TST. Além da reintegração, a reclamada foi condenada a pagar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de indenização.

Mantendo as decisões anteriores, o relator do processo no TST, ministro Alberto Balazeiro, lembrou que a Súmula 443 do TST prevê a reintegração ao emprego do trabalhador portador do vírus HIV ou de outra doença grave que provoque estigma ou preconceito, pois se presume que a despedida é discriminatória. Igualmente, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), órgão responsável pela padronização da jurisprudência no Tribunal, já decidiu que a neoplasia maligna (câncer) se enquadra nesse conceito.

Considerando, também, as provas reunidas no processo, o ministro negou provimento ao agravo do Sescoop e manteve as condenações. Esse precedente não é isolado e faz com que as empresas, em geral, fiquem atentas às dispensas de funcionários em situação de fragilidade, devendo adotar todos os procedimentos preventivos para evitar indevidos passivos trabalhistas.

TRT da 12ª (SC) Região concluiu que localização de celular de empregado pode ser usada como prova

Em reclamação trabalhista que debate, entre outros direitos, as horas extras possivelmente devidas à reclamante, a Seção Especializada 2 do TRT-12 entendeu por bem atender ao pedido do banco reclamado.

Em novembro do ano passado, durante uma audiência, o banco réu requereu que fossem juntados aos autos os dados de geolocalização do telefone móvel da bancária, por meio de requisição à operadora de telefonia, para que servisse de prova de que o registro das folhas de ponto da empresa estaria correto.

Em complexo debate sobre o tema, quando apreciou mandado de segurança da reclamante, o TRT-SC, por maioria, seguiu o voto do relator Gracio Petrone, mantendo a decisão de primeiro grau. O magistrado ponderou que a legislação não estabelece hierarquia entre os tipos de prova e afirmou que o pedido de prova digital reforça a busca efetiva da verdade real, favorecendo a rápida duração do processo e frisando que “Se o novo meio probatório, digital, fornece dados mais consistentes e confiáveis do que a prova testemunhal, não há por que sua produção ser relegada a um segundo momento processual, devendo, de outro modo, preceder à prova oral”. Apesar de votos divergentes, sagrou-se vencedor o entendimento na linha de que deveria ser aceita a prova solicitada pela reclamada.

***CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriela Branco e Juliano Costa Couto.**



Fenavist realiza reunião de diretoria

Foi realizada no dia 22 de março, em Brasília, a 44ª Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist. No encontro, houve debate sobre temas como Informações sobre os andamentos das ações parlamentares, Estatuto da Segurança Privada, Informações sobre os andamentos dos trabalhos na área jurídica e Informações sobre contribuição do setor ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Deliberação sobre a Comissão das Convenções Coletivas, Campanha Segurança sem Preconceito e cursos do Inasep também estiveram na pauta.

Fenavist discute apoio do governo à campanha Segurança Sem Preconceito

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, e a advogada da Federação, Mirelle Portela, se reuniram, no dia 15 de março, com a secretária nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Mariana de Sousa Machado Neris.

No encontro, discutiram a possibilidade de o ministério cancelar a Cartilha Segurança Sem Preconceito, publicação da Fenavist em parceria com a ABCFAV, bem como o apoio à promoção e à distribuição do material.



Fenavist participa do lançamento do Curso de Didática para Instrutores de Formação de Vigilantes da PF

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou, no dia 21 de janeiro, do lançamento do Curso de Didática para Instrutores de Formação de Vigilantes da Polícia Federal (PF). A Fenavist foi representada, no evento virtual, pela superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga, e pela assessora jurídica Mirelle Portela.

De acordo com a PF, o novo curso é opcional, mas trará uma grande melhoria para o currículo dos instrutores. Durante a apresentação, o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos, Licínio Nunes, afirmou que a principal meta para 2022 é a melhoria da qualificação do pessoal da segurança privada e todos os que lidam com o segmento.

O curso é gratuito e está com inscrições abertas pelo site <https://ead.dpf.gov.br/>. A primeira turma teve início já em fevereiro, com duração de três meses. As vagas são limitadas.

Fenavist e Universidade Zumbi dos Palmares intensificam parceria

A Fenavist se reuniu, no dia 3 de março, com a Universidade Zumbi dos Palmares. As duas entidades têm trabalhado em conjunto no Projeto Segurança Sem preconceito. No encontro, a pauta tratou da análise de propostas de cursos.

Participaram da reunião o vice-presidente para Assuntos Intersindicais Adjunto, Jerfferson Simões; a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga; e a advogada da entidade, Mirelle Portela. Por sua vez, representaram a Universidade Zumbi dos Palmares os professores Susana Durão e Josué Correia.

No dia 2 de fevereiro, o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, já tinha se reunido, em Brasília, com o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente. Os dois trataram das ações desenvolvidas dentro do projeto Segurança Sem Preconceito.



Fenavist discute modernização da Segurança Privada

No dia 3 de março, a Fenavist participou de uma reunião com o Grupo de Trabalho para a Modernização da Segurança Privada. O convite à Fenavist foi feito pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Federação foi representada pelo vice-presidente para Assuntos Intersindicais, Ivan Hermano Filho; pela superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga; e pela advogada Mirelle Portela.



Fenavist e CONTRASP se reúnem em Brasília

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, e o presidente da CONTRASP, Edilson Silva, se reuniram, no dia 2 de fevereiro, para tratar de temas de interesse das duas entidades. O secretário de Administração e Finanças da CONTRASP, José de Souza Lima, também participou do encontro.

Presidente da Fenavist participa de programa sobre a história da segurança privada

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, participou, no dia 16 de março, do Programa Risco em Evidência: História da Segurança Privada. Também participaram das discussões Marcelo Baptista de Oliveira, presidente do Grupo Protege, e Jerfferson Simões, presidente da World Security Federation. A apresentação do programa ficou por conta de Tácito Augusto Silva Leite e Marcos Silva.





ELEIÇÕES SINDESP-GO, SEAC-GO, SIESE-GO E AGEPS

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) elegeu, no mês de janeiro, a nova diretoria, conduzindo o empresário Ivan Hermano Filho à presidência da entidade. Também houve a eleição de diretorias de outras entidades representativas patronais que integram a comunidade sindical de serviços terceirizados do estado de Goiás. Os novos presidentes eleitos são: Paulo Gonçalves da Silva, pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO); Sérgio Monteiro de Oliveira, pelo Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado de Goiás (Siese-GO); e Damaris Angélica Ribeiro, reeleita pela Associação Goiana das Empresas de Prestação de Serviços (Ageps). O mandato de quatro anos das novas diretorias iniciou dia 16 de março de 2022.

ESTANDE DO SINDESP-SC E ICAEPS FOI DESTAQUE NO COP INTERNACIONAL REALIZADO EM FLORIANÓPOLIS

Aconteceu no mês de março, em Florianópolis, o Congresso de Operações Policiais (COP) Internacional. O evento foi sediado no Centro de Convenções Luiz Henrique da Silveira, no norte da Ilha.

O Sindicato das Empresas de Vigilância e Segurança do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) e o ICAEPS participaram da feira de exposição, contando com um amplo estande para divulgação de seus serviços. Merecem destaque cursos, palestras

e e-books oferecidos pelo Instituto e pelo sindicato no setor de segurança privada.

O presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares, e membros da diretoria do Sindesp-SC estiveram presentes no COP, prestigiando a abertura oficial. A primeira palestra foi proferida pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro.

A programação contou com mais de quarenta apresentações, além de uma feira de produtos e serviços com cerca de cem entidades e empresas nos segmentos de segurança privada, tecnologia, tático, outdoor e bélico. O evento é considerado o maior do setor da segurança do País.

Participaram dos três dias de evento nomes nacionais como o do ministro das Comunicações, Fábio Farias; o delegado Alfredo Carrijo, secretário de Operações Integradas da SEOPI – Ministério da Justiça; o tenente-coronel Uirá, comandante do BOPE-RJ; Fabricio Oliveira, delegado coordenador do CORE-RJ; juiz Alexandre Abrahão, presidente do Tribunal do Júri do RJ e Allan Turnowski, secretário-geral de Polícia Civil.

A guerra entre Rússia e Ucrânia também esteve em pauta no Congresso. Haroldo Victoriano Bunn, gestor e consultor de Segurança, formado por três das principais unidades de elite policial do Brasil, COT Polícia Federal, BOPE PMERJ e CORE PCERJ, acabara de retornar de uma missão humanitária na Ucrânia. Em seu workshop, Bunn abordou técnicas de autodefesa e sobrevivência urbana e armamento civil, colocando em perspectiva a experiência que obteve no conflito.





SINDESP-RS REALIZA FEITO INÉDITO E PREDEFINE REAJUSTE PARA AS CONVENÇÕES COLETIVAS DO TRABALHO ATÉ 2026

Após um longo período de negociação coletiva com os quinze sindicatos profissionais do estado do Rio Grande do Sul, já que em 2020 não foi possível firmar acordos com a previsão de reajuste salarial, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS) promoveu um feito inédito em 35 anos de atuação.

Desnecessário é tecer mais comentários a respeito da situação que vivemos em 2020 em decorrência da COVID-19 e da grave crise econômica no mercado, que reduziu drasticamente nossos serviços, ficando claro que o momento não era de conceder aumento, mas de garantir empregos.

Essa realidade, muito embora tenha perdurado entre 2020/2021, o Sindesp-RS, após incansáveis debates, conseguiu firmar com a CCT em 2021 o reajuste de 6,0117% para os serviços de vigilância, com impacto econômico de 6,28%, assumindo a obrigação de as empresas concederem automaticamente, todo o dia 1º de fevereiro até o ano de 2026, uma majoração salarial de 0,76366%, na qual deverá ser acrescido o índice do INPC/IBGE acumulado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, até 2026.

Essa solução foi pensada no intuito de compensar o ganho real dos trabalhadores e a rentabilidade das empresas em 2020, período este em que nossas representadas não tiveram a oportunidade de reajustar seus contratos nem tampouco de conceder o reajuste salarial aos trabalhadores.

Em meados de janeiro de 2022 foi publicado o acumulado do INPC/IBGE do período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, que fechou em 10,16%. Assim, no dia 1º de feverei-

ro, data-base da categoria, já tínhamos a definição do reajuste salarial para 2022, que ficou em 10,92% para os serviços de vigilância e impacto econômico de 11%.

Esse resultado demonstra o amadurecimento das relações de trabalho no segmento da Segurança Privada e o aperfeiçoamento dos instrumentos de negociação coletiva, tornando o processo mais democrático, ágil e transparente.

NOVA DIRETORIA DO SINDESP-PI TOMA POSSE

A nova diretoria do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí (Sindesp-PI) para o quadriênio 2022/2026 celebrou posse festiva, no dia 25 de março de 2022. Foram empossados a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

O ato de posse ocorreu em espaço reservado de restaurante na capital Teresina. A cerimônia contou com a presença dos diretores eleitos, membros da gestão anterior e representantes das empresas associadas.

A nova diretoria, na pessoa do presidente reconduzido, Alípio José de Melo Castelo Branco Junior, destacou as conquistas da gestão anterior e a importância da união do segmento, notadamente na figura da atividade sindical, imprescindível para o suporte, apoio e enfrentamento dos desafios diários do ramo empresarial e reafirmou seu compromisso em defender os interesses da categoria.

Após a cerimônia de posse, houve uma confraternização entre os presentes com música ao vivo e jantar.





Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**, desenvolvido pelo **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, disponível para download. Deve ser claro para grande parte da população de um país que um governo deve dispor de um projeto político viável e de meios para sua execução, administração, além “de capacidade técnica de planejamento, gestão e adequação das atividades programadas para construção do projeto almejado”.

Assim, “planejamento” é palavra fundamental, porém, não mais numa lógica tecnocrata e centralizadora, apartada da realidade concreta. O planejamento na gestão pública precisa, necessariamente, considerar o caráter dinâmico e complexo da realidade da sociedade e do Estado e, em razão disso, apresentar soluções igualmente dinâmicas para obter efetividade nas ações. Esse aspecto é a força motriz que justifica a revisão do Plano Nacional de Segurança e Defesa Social 2018-2028 (PNSP). Publicado no final do último governo, o PNSP apresentou, à luz da Lei nº 13.675, de 11 de junho 2018, e, em complemento a esta, um esperado alento à população brasileira: um conjunto não exaustivo de objetivos, programas e ferramentas de governança para fornecer à nação melhores condições de segurança e acesso a direitos. Entretanto, conforme comentado anteriormente, a essência do bom planejamento em gestão pública diz respeito à sua capacidade de adaptar-se ao cenário concreto da realidade cotidiana.

O que ora apresentamos são justamente os resultados desse esforço continuado de oferecer respostas públicas adequadas à população do País no campo da segurança pública e defesa social. “Acreditamos que esse documento deveria ser de conhecimento de todas as empresas e profissionais de segurança privada, uma vez que deveríamos (ou devemos) fazer parte da estratégia de segurança pública. Somos parte integrante da sociedade e cuidamos da proteção, dentro dos muros das organizações, respeitando os limites da lei.” Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 3.000 títulos já publicados.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas Nº 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: sindespba@terra.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
Telefone: (86) 99416-3677
E-mail: sindesp.pi@outlook.com
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3229-0315
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172/9744
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvío Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmio Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
Telefone: (95) 3198-2203
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



JÚLIO CÉZAR BARRETO DE MELO

Da educação para a Segurança Privada

O bacharel em Direito Júlio César Barreto de Melo, de 47 anos, já dedicou mais de um terço da vida à segurança privada. O primeiro contato veio em 2004, na atividade de transporte de valores. Desde então, não parou mais, passando por todas as áreas administrativas e operacionais na área de segurança privada.

“Entrei para o segmento em virtude de uma oportunidade para ser preposto por indicação de um banco na época”, conta Júlio Cezar.

Antes de iniciar na segurança privada, Melo atuou em outra área fundamental para o desenvolvimento do Brasil. “Anterior a esta atividade (segurança privada), trabalhei por quase 10 anos no serviço público especificamente na área educacional.”

Dedicado e mesclando o conhecimento da área da educação com o da segurança privada, o bacharel em Direito se tornou executivo do Sindicato das Empresas de Vigilância, Transporte de Valores, Escolta Armada, Escola de Formação de Vigilantes do Estado Roraima (Sindesp-RR).

“O conhecimento e as experiências como executivo me deram um outro olhar das questões principalmente sindicais, bem como do desenvolvimento dos projetos sempre voltados para os profissionais da segurança privada”, explica.

Júlio Cezar afirma ainda que o “segmento vem se remodelando diante das mudanças, a exemplo do Pix, processos de automação e adequações propostas, reduções na mão de obra, novas propostas e contratos de trabalho, além do reflexo econômico no atual cenário do País, que demanda essas novas estruturas para que possamos manter a empregabilidade para atender aos clientes”.

O executivo do Sindesp-RR faz questão, ainda, de valorizar as mudanças que a segurança privada proporcionou à vida dele. “Devo muito à atividade, na qual construí alguns sonhos como ter uma casa própria, me formar e formar meu filho e sua mãe. Fiz amigos de valor incalculável, reuni uma bagagem de conhecimentos e experiências vividas ao longo desses mais de 18 anos. Só posso agradecer.”



EDIMAR BARBOSA

Uma vida dedicada à Segurança Privada

Administrador, advogado e uma vida dedicada à segurança privada. Este é o empresário Edimar Barbosa, de 54 anos. A entrada no segmento foi tão marcante que a data nunca foi esquecida. “Iniciei no segmento de segurança privada em 10 de março de 1987”, relembra sem hesitar.

Desde então, 35 anos se passaram. “Quando saí do Exército Brasileiro, a segurança privada surgiu com uma oportunidade de ingresso na iniciativa privada. Abracei a oportunidade e fiz carreira no segmento.”

O hoje presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES) percebeu rapidamente a importância da atividade sindical.

“Inicialmente, quando comecei no grupo SEI, buscamos a filiação ao sindicato patronal, com o objetivo de ter o suporte necessário, principalmente no que tange à assessoria jurídica e recursos humanos. A atividade sindical é de extrema importância, representando a categoria em todos os projetos de interesse econômico e também nas negociações coletivas.”

O excelente trabalho desenvolvido no Sindesp-ES e a vontade de contribuir com o segmento levaram Edimar Barbosa à diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). “Com o advento da participação no Sindesp-ES tive a oportunidade de assumir a vice-presidência para Assuntos Sociais da Fenavist, onde passei a ter participação em âmbito nacional e internacional”, explica.

A vasta experiência, tanto no âmbito privado quanto no sindical, permite que o presidente do Sindesp-ES faça uma análise detalhada do atual momento da segurança privada.

“Teve uma redução significativa de postos de trabalho na última década. A expectativa e a esperança que temos é a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, com a inclusão de novas atividades, sob a fiscalização da Polícia Federal, para gerar os empregos necessários, trazendo o crescimento para o setor e o desenvolvimento do Brasil.”



Fique ligado na nossa **Agenda**

MAIO

DIAS 11 A 15

- Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação (ENEAC), Recife-PE

DIA 12 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

DIA 18 – Período da Tarde

- Reunião da WSF com entidades sul-americanas

JUNHO

DIA 2 – Período da Tarde

- Reunião de Diretoria WSF (aprovação de contas de 2021)

DIA 9 – Período da Manhã

- Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (aprovação de contas de 2021)
- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

DIA 9 – Período da Tarde

- Assembleia Geral Ordinária do Inasep (aprovação de contas de 2021)

JULHO

DIA 22

- Início do mandato da nova diretoria da Fenavist (2022-2026)
- Início do mandato da nova diretoria do Inasep (2022-2026)

AGOSTO

DIA 15 – Período da Manhã

DIA 16 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria do Inasep (Gestão 2022-2026)
- Reunião do Conselho Gestor da Fenavist

DIA 19 – Período da Manhã

- Reunião com os jurídicos dos sindicatos estaduais

SETEMBRO

DIAS 21 A 23

- Feira ISC Brasil

DIA 22 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

OUTUBRO

DIA 18 – Período da Manhã

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist

DIAS 19 A 22

- Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG), Salvador-BA

DIA 26 – Período da Tarde

- Assembleia Geral WSF

NOVEMBRO

DIA 18 – Período da Manhã

- Reunião com os jurídicos dos sindicatos estaduais

DIA 28 – Período da Tarde

- Assembleia Geral Ordinária do Inasep (aprovação do Orçamento 2023)
- Reunião da Diretoria Inasep com parceiros

DIA 29 – Período da Manhã

- Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (aprovação do Orçamento 2023)
- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist
- Confraternização de Final de Ano Fenavist/Inasep



Siga nossas redes sociais!



www.linkedin.com/company/65450294/admin/



www.youtube.com/channel/ucsufdzfndl-eo5lu5dad7wa



facebook.com/fenavistseguranca/



twitter: @fenavists



instagram: @fenavist_seguranca



CURSOS PARA CAPACITAÇÃO NO SETOR DA **SEGURANÇA PRIVADA**

INFORMAÇÕES:

Emely Rodrigues | 61 3327-5440

INSCRIÇÕES: negocios@inasep.org.br



Curso Gesp

Tem como objetivo fomentar o aperfeiçoamento do conhecimento das empresas do setor de segurança privada em relação ao Sistema GESP, e dessa forma, diminuir o índice de punições sofridas, que implicam desde advertências, multas, até mesmo a perda da licença de funcionamento da empresa.

O **Inasep** tem como um dos seus pilares promover o desenvolvimento educacional do setor da segurança privada e nesse sentido vem buscando parcerias para ofertar cursos, com valores mais acessíveis, para todo o setor.

Divulgue essa oportunidade.